



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Ana Paula Menezes do Nascimento

**O MODELO DE INFORMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO  
DE MINAS GERAIS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS  
PÚBLICOS: uma abordagem orientada pelo entendimento do Servidor Público  
Estadual – 2017–2018**

Belo Horizonte  
2020

Ana Paula Menezes do Nascimento

**O MODELO DE INFORMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO  
DE MINAS GERAIS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS  
PÚBLICOS: uma abordagem orientada pelo entendimento do Servidor Público  
Estadual – 2017–2018**

Monografia apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Planejamento Governamental da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Aparecida Maciel da Silva Shikida.

Belo Horizonte

2020

Nascimento, Ana Paula Menezes do.  
N244m O modelo de informação do portal da transparência do estado de Minas Gerais para disponibilização dos dados financeiros públicos [manuscrito] : uma abordagem orientada pelo entendimento do Servidor Público Estadual – 2017–2018 / Ana Paula Menezes do Nascimento. – 2020.  
[9], 58 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

Orientadora: Aparecida Maciel da Silva Shikida

Bibliografia: f. 50-53

1. Administração pública – Minas Gerais. 2. Portal de transparência – Minas Gerais. 3. Portal eletrônico – Minas Gerais. 4. Despesa pública – Minas Gerais. I. Shikida, Aparecida Maciel da Silva. II. Título.

CDU 35(815.1)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Professora Aparecida Maciel da Silva Shikida, por todo o conhecimento e paciência pelas reuniões adiadas.

À Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), pela oportunidade de aprimorar meus conhecimentos em uma instituição de renome tal qual a Fundação João Pinheiro.

Aos meus colegas de turma e de Prodemge, pela troca de experiências ao longo da minha jornada nesse curso e na própria empresa.

À minha pequena e doce Helena, motivo das minhas reuniões adiadas.

## RESUMO

Os frequentes escândalos envolvendo os gastos públicos têm criado o descrédito em relação aos agentes públicos, despertando mais atenção da sociedade, que exige dos entes públicos transparência em seus atos. Nesse cenário, os portais de transparência são ferramentas comumente utilizadas para dar publicidade aos gastos públicos, mas nem sempre pensadas de forma a dialogar de maneira efetiva com a sociedade. O objetivo desta pesquisa é verificar se o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais dialoga de forma eficaz com a sociedade, permitindo o acompanhamento do gasto público. A pesquisa realizada teve caráter exploratório, com abordagem quantitativo-qualitativa, aplicação de questionário, contendo perguntas com respostas semiestruturadas e direcionado a 500 servidores públicos do estado de Minas Gerais. O questionário foi enviado para os servidores alocados na Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB), Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), e aos alunos do primeiro período do curso de graduação da Fundação João Pinheiro. Verificou-se que o portal da transparência causa interpretações errôneas, não dialogando de forma eficiente com a amostragem selecionada, representada aqui pelos servidores públicos, refletindo a percepção de um segmento da sociedade. O fato de o público entrevistado ter experiência e vivência na administração estatal, não faz dele um usuário interpretativo e/ou efetivo das informações contidas no portal da transparência. Concluiu-se então, que o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais apenas cumpre a lei disponibilizando os dados em meio eletrônico, não apresentando um diálogo claro e que possibilite ao usuário, mesmo com certa experiência nos conceitos ligados à administração pública, realizar o acompanhamento das despesas públicas.

Palavras-chave: Transparência governamental. Publicidade. Gastos Públicos. Portal da Transparência.

## ABSTRACT

The frequent scandals involving public expenditure have increased public agents' disrepute, catching more attention from society, that demands transparency of public servants conduct. In this context, the transparency portals are tools frequently used to disclosure public spending. However, they are, in general, ineffective in dialogue with citizens. This research aims to check if Minas Gerais Government Transparency Portal dialogues in an effective way with society, allowing people to monitor public expenses. The study was carried out with an exploratory, quantitative and qualitative approach, with a questionnaire application. The survey contained questions with semi-structured answers, addressed to 500 public officers of Minas Gerais. The questionnaire was sent to the servants allocated at the following public offices: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB), Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE). First semester students from Fundação João Pinheiro also received the form. The research has found that the transparency portal may lead to misinterpretations and does not dialogue in an efficient way with the selected sample, represented by its public servants, reflecting the perception of a segment of society. The fact that the interviewed audience is immersed in state administration does not mean that this group is formed by interpretive and effective users of the information hosted by the database. This work concludes that the Minas Gerais Government Transparency Portal simply fulfills the law providing data online. Even for the users who are skilled and familiar with public administration concepts, it does not enable a clear interaction which assures efficacious surveillance of public expenditure.

Keywords: Government transparency. Publicity. Public spending. Transparency portal.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Modelo de recuperação de informação.....   | 21 |
| Figura 2 - Execução de um gasto público.....          | 31 |
| Figura 3 - Gráfico de detalhamento de gasto.....      | 33 |
| Figura 4 - Recorde da LOA, com valores.....           | 35 |
| Figura 5 - Recorte da LOA funcional programática..... | 35 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico1 - Faixa etária por formação acadêmica.....  | 28 |
| Gráfico 2 - Faixa etária x facilidade de uso.....  | 29 |
| Gráfico 3 - Tempo de serviço por vínculo com o Estado.....   | 30 |
| Gráfico 4 - Entendimento das fases da execução da despesa.....   | 31 |
| Gráfico 5 - Entendimento da representação gráfica da execução da despesa.                              | 34 |
| Gráfico 6 - Análise do fragmento LOA.....  | 36 |
| Gráfico 7 - Percentual de termos citados como de conhecimento dos entrevistados.....                   | 38 |
| Gráfico 8 - Principais objetivos ao acessar o portal da transparência.....                             | 39 |
| Gráfico 9 - Facilidade por frequência de acesso.....   | 40 |
| Gráfico 10 - Aparência por facilidade.....   | 41 |
| Gráfico 11 - Fonte de informação dos entrevistados que nunca acessaram um portal de transparência..... | 42 |
| Gráfico 12 - Fontes de informação de quem nunca acessou o portal da transparência de MG.....           | 42 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |   |
|---------------|---|
| AEG/FJP       | Alunos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro           |
| ANEEL         | Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL                      |
| CLT           | Consolidação das Leis Trabalhistas                              |
| COHAB         | Companhia de Habitação de Minas Gerais                          |
| CSAP          | Curso de Administração Pública                                  |
| DGA           | Dados Governamentais Abertos                                    |
| FINBRA        | Finanças do Brasil  |
| INESC         | Instituto de Estudos Socioeconômicos                            |
| LOA           | Lei Orçamentária Anual  |
| MGS           | Minas Gerais Administração e Serviços                           |
| PMMG          | Polícia Militar de Minas Gerais                                 |
| OPEN DATA GOV | <i>Open Government Data</i>                                     |
| PPA           | Plano Plurianual  |
| PRODEMGE      | Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais |
| SEF           | Secretaria de Estado da Fazenda                                 |
| SEGOV         | Secretária de Estado de Governo                                 |
| SEPLAG        | Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão                   |
| SIOPS         | Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde       |
| TIC           | Tecnologia de Informação e Comunicação                          |
| TCM-CE        | Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará                      |
| UAI           | Unidade de Atendimento Integrado                                |

## SUMÁRIO<sup>1</sup>

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 10 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA.....   | 13 |
| 2.1 Estudo de usuário.....   | 13 |
| 2.2 Legislação de acesso e transparência de dados públicos.....                      | 16 |
| 2.3 Dados governamentais abertos.....  | 18 |
| 2.4 Modelos de recuperação de informação.....  | 20 |
| 3 Estudo dos portais governamentais: breve histórico e principais contribuições..... | 22 |
| 3.1 A geração dos usuários dos portais da transparência.....                         | 24 |
| 4 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....   | 26 |
| 5 ANÁLISE DOS DADOS.....   | 28 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 44 |
| REFERÊNCIAS.....   | 47 |
| APÊNDICE.....  | 52 |

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi revisado com base nas novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. E foi formatado de acordo com as "Orientações para confecção de trabalhos acadêmicos, 2019", da Fundação João Pinheiro.

## 1 INTRODUÇÃO

As informações de cunho financeiro e orçamentário dos órgãos públicos têm sido alvo de mais atenção por parte da sociedade, em decorrência da má utilização dos recursos financeiros, o que por consequência “compromete o investimento na implementação dos direitos sociais, pois os serviços não são realizados ou têm insatisfatório nível de prestação (LIMBERGER, s.d, p. 249).

A inexistência de *accountability*<sup>2</sup>, ou seja, de um controle efetivo, com consequente aplicação de penalidades, enfraquece o ideal democrático de qualquer governo. A falta desse controle também limita a participação social no processo de elaboração das políticas públicas, operando um distanciamento entre o representante e o representado, que em nada contribui para a transparência orçamentária (SEGUNDO; ROSA, 2007).

Abdala e Torres (2016, p. 147) e Limberger (s.d., p. 249) ponderam que esse distanciamento entre representante e representado acirra o descrédito social em relação à atuação do governo (representante) e impacta na sua governabilidade sobre a sociedade (representado).

Já Limberger (s.d., p. 259) é enfático ao afirmar que a “legitimação democrática da administração veio, principalmente, da crescente descentralização político-administrativa e da importância que nos últimos anos adquiriu a publicidade dos atos administrativos”. A relevância publicitária e de controle efetivo dos gastos públicos torna-se evidente ao se analisarem as recomendações do Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo da República – Exercício 2016 (BRASIL, 2007, p. 251), que sugere:

Melhorar o arcabouço normativo, racionalizar e tornar mais objetivos e auditáveis os processos, dotar o Poder Público do aparelhamento mínimo necessário, em termos de recursos humanos, materiais e tecnológicos para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, controle e transparência, e favorecer a elevação do nível de *accountability* por meio de um controle social mais efetivo e uma governança pública mais fortalecida.

[...]

Tais medidas, em seu conjunto, devem ter por pano de fundo a maximização da expectativa de controle, a transparência e a

---

<sup>2</sup> Miguel (2005, p. 4) toma como base o conceito de Peruzzotti e Smulovitz (2001), que define como *accountability* a “necessidade que os representantes têm de prestar contas e submeter-se ao veredicto da população”.

publicidade da ação governamental, a redução da impunidade e o aumento do comprometimento dos atores envolvidos com a eficiência e a efetividade da implementação das ações de política pública levadas a efeito por meio dessas transferências (BRASIL, 2007, p. 251).

Diferentemente de alguns anos atrás, em que os processos licitatórios eram vistos apenas como ferramentas burocráticas, uma herança dos tempos do império (DIAS, 2015), esses processos são vistos atualmente como uma forma de restabelecer a moralidade (LIMBERGER, s.d.), principalmente no que se refere à transparência de dados governamentais, pois contribui de forma a permitir que todo procedimento do processo de licitação tenha:

Maior controle e fiscalização por parte dos órgãos competentes e, principalmente, da população que pode ter acesso aos editais e saber onde e como têm sido investidos os impostos que lhe são cobrados (DIAS, 2015, p. 13).

Anjos e Ezequiel (2011 *apud* ABDALA; TORRES, 2016, p. 150) descrevem que a sociedade moderna encontrou no ambiente virtual um local próprio para que espetáculos midiáticos sejam proliferados. E Limberger (s.d., p. 248) argumenta que a imprensa atua vinculando “constantemente novos escândalos que relatam enormes quantias de dinheiro público que são desviadas”. Diante desse cenário em que a sociedade busca entender como os recursos públicos são aplicados, os portais de transparência dos órgãos públicos e os canais de ouvidoria têm se tornado uma importante fonte de informação.

No entanto, se se tomar como base os estudos desenvolvidos por Abdala e Torres<sup>3</sup> (2016, p. 150), que relacionam a interação entre os *sites* e os usuários, nota-se que os autores indicam que existem “importantes lacunas no que tange a interação e comunicação com os usuários, o que caracterizaria os *sites* como ferramentas de baixo potencial” para um pleno exercício da cidadania, e acima de tudo da efetiva participação social.

Essa conclusão apresentada por Abdala e Torres (2016) leva a refletir sobre o formato e a qualidade com que as informações públicas, de cunho financeiro e orçamentário, são disponibilizadas à sociedade civil. Deve-se observar, conforme destacam Ferneda, Silva e Santos (2013, p. 38-39), que “a relevância da informação

---

<sup>3</sup>Os estudos de Abdala e Torres referentes à interação entre usuários e portais foram baseados em pesquisas anteriormente realizadas por Pinho (2008).

recuperada por um sistema será relativa ao usuário que dela necessita e no momento que necessita”. Assim, é preciso voltar a atenção para o fato de quanto são adequados ou não os portais governamentais em resposta às necessidades da sociedade.

Os modelos de recuperação de informações dos portais de transparência são baseados em palavras-chave contidas no documento original ou, em alguns casos, em documentos pré-formatados que apresentam linguagem e jargões técnicos, compreensíveis apenas por indivíduos que possuam domínio e conhecimento dos termos utilizados na administração pública. Isso tende a gerar dificuldades e às vezes interpretações errôneas das informações por parte dos que não possuem o conhecimento necessário dos termos técnicos. Para Matheus, Vaz e Ribeiro (2014, p. 2), os governos preocuparam-se em oferecer formas de prestar conta, mas ainda existe uma discussão sobre “a forma como estes estão disponibilizados à sociedade”. É importante observar também a forma como a informação é acessada (MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2014).

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar o atual modelo de informação do Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais e seu efetivo diálogo com a amostragem selecionada, representada aqui pelos servidores públicos, refletindo a percepção de um segmento da sociedade.

Usaremos como amostragem os servidores públicos estaduais, tendo como princípio que o exercício da função pública favorece a esses indivíduos mais conhecimento sobre os conceitos da Administração, e assim deveriam apresentar mais facilidade no manuseio do portal.

Parte-se do estudo e da análise do modelo de disseminação da informação contida no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, com recorte baseado no biênio 2017-2018, tendo como referência a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada em 2017 para o ano de 2018. Buscaram-se informações no ano de 2018, de forma a verificar se é possível um real acompanhamento dos gastos previstos pela lei.

Delimitaram-se como objetivos específicos:

- a) Identificar quais aspectos facilitam ou dificultam o entendimento das informações recuperadas pelos servidores públicos estaduais.

- b) Relatar se um programa público, detalhado na LOA de 2017, pode ser fácil e satisfatoriamente acompanhado pelos servidores públicos estaduais, principalmente no que se refere aos gastos financeiros no ano de 2018, a partir das informações prestadas pelo portal de transparência.
- c) Definir se o portal é autoexplicativo e de relação amigável na percepção dos servidores públicos estaduais.

Assim, pretende-se discutir se o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais fornece informações que podem ser acessíveis e de fácil entendimento para a sociedade representada, aqui pelos servidores públicos, refletindo a percepção de um segmento da sociedade.

Em outras palavras, o atual Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais dialoga efetivamente com a sociedade ou está apenas apresentando informações para cumprir uma pró-forma legal?

Como discutido anteriormente, a transparência ou a ausência desta perante a sociedade tem sido pauta de debates nos assuntos relacionados às gestões orçamentárias.

O Estado, como detentor das informações dos gastos públicos, tem como obrigação atender aos anseios do cidadão por dados mais relevantes, acessíveis e compreensíveis. Assim, busca-se proporcionar o aumento do grau de acessibilidade e satisfação com as informações públicas fornecidas pelo Estado em resposta às demandas da Sociedade. Filgueiras (2011, p. 66) cita que “as crescentes delinquências do homem público tornam necessária uma política da transparência que permita submeter o estado e seus agentes ao controle da cidadania”.

A pesquisa que ora se propõe pode favorecer ao Estado de Minas Gerais mais aprimoramento de seu portal de transparência, permitindo prover informações de qualidade e eficiente, além de atender de forma coerente à Lei da Transparência (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009). Afinal, de acordo com Filgueiras (2011, p. 90), a transparência ou a política de publicidade deve ser focada em garantir a execução da cidadania por meio de “um governo transparente e responsivo às demandas do público”.

O trabalho foi dividido nesta introdução e na segunda seção tem-se a revisão bibliográfica que aborda os conceitos de estudo de usuário e dados

governamentais abertos. Será tratado também a legislação relativa a informação e transparência e aos modelos de recuperação de informação.

Na terceira seção faz-se a revisão de estudos relativos a portais de transparência, apresentando os principais problemas encontrados e breve descrição sobre as gerações que acessam os portais. Na quarta seção descreve-se a metodologia da pesquisa utilizada na resposta ao problema proposto. Na quinta seção, faremos a análise dos dados e finalizaremos na sexta seção com as ponderações finais do trabalho.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Estudo de usuário

[...] defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 9).

Archer e Cianconi (2010, p. 64) afirmam que “lidar com o grande fluxo informacional produzido e, ao mesmo tempo, manter seus usuários cientes da existência dessas informações, tem sido um grande desafio”. Diante desse desafio de entender como os usuários veem a informação e, acima de tudo, como interagem com ela, os estudos de usuário foram transformados em uma ferramenta de investigação, para se verificar o “por que, como e para quais fins os indivíduos usam informação e quais os fatores que afetam tal uso” (FIGUEIREDO, 1994, p. 7).

Na tentativa de entender o porquê, o como e para quais fins, Wilson (2000) apresenta quatro definições sobre comportamentos informacionais que os estudos de usuários buscam investigar e compreender melhor.

Comportamento informacional: a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa; comportamento de busca da informação: a atividade ou ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo; comportamento de pesquisa de informação: o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos; comportamento do uso da informação: constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo (WILSON, 2000 *apud* GASQUE; COSTA, 2010, p. 22).

Sobre o comportamento do uso da informação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2017, p. 9) complementa essa definição, ponderando que:

A caracterização das necessidades dos usuários e a identificação dos meios e/ou ferramentas e fontes que são relevantes para o atendimento dessas necessidades subsidiam o desenvolvimento de serviços e produtos de informação ou de propostas técnicas que venham tornar mais efetivo o atendimento ao usuário.

Miranda (2006, p. 106) pontua que essa necessidade informacional é, na verdade, a percepção da “insuficiência ou inadequação dos conhecimentos necessários para atingir objetivos e/ou solucionar problemas”.

No entanto, vale destacar os estudos Gasque e Costa (2010), que apresentam uma revisão sobre o comportamento informacional, sugerindo que o termo mais adequado para a compreensão da necessidade e uso da informação não é estudo de usuário, mas estudos de comportamento informacional, pois assim “reflete a necessidade de se compreenderem os processos em uma perspectiva multidimensional” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 22).

Dessa forma, o método mais adequado para entender o usuário da informação perpassa pela compreensão das “relações estabelecidas em determinado espaço-tempo em que ocorrem ações de busca, uso e transferência de informação” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 32). Com essa conceituação e o recorte dos anos 2017 e 2018, para este estudo busca-se estabelecer um cenário mais tangível para entender a necessidade informacional.

## **2.2 Legislação de acesso e transparência de dados públicos**

No Brasil, a exigência pela transparência é um processo ainda em andamento, iniciado a partir da Constituição Federal de 1988. [...] as transformações da administração pública, especialmente a partir da assembleia constituinte, buscaram ampliar a possibilidade de envolvimento dos diversos atores sociais nas decisões políticas e na construção de políticas públicas. Ademais, a mesma também garante que a sociedade participe da gestão por meio de espaços consultivos e avaliativos, como conselhos e comissões (ABDALA; TORRES, 2016, p. 148).

De maneira a normatizar o acesso aos dados governamentais, a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, conhecida por Lei de Transparência, obriga os órgãos públicos a buscarem formas mais confiáveis para publicitar suas informações à Sociedade Civil (BRASIL, 2009). A Lei determina em seu artigo 48 que os entes públicos devem atentar:

- a) Quanto à execução das despesas: bens ou serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas;

b) quanto à receita: todas as arrecadações e repasses de recursos (BRASIL, 2009).

No que se refere à divulgação ou à transparência dos atos públicos, Angélico (2012, p. 6) propõe uma definição sobre o conceito de transparência que se adota neste estudo, ou seja, “a transparência é a característica de governos, empresas, organizações e indivíduos em serem abertos em relação a informações sobre planos, regras, processos e ações”.

A publicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, veio, no art.3º, reforçar a obrigação dos gestores públicos para com a disseminação informacional. Em sua descrição, há a clara definição de qual é o objetivo dessa lei, ou seja, “assegurar o direito fundamental de acesso à informação” (BRASIL, 2011).

Salienta-se, também, que a publicação da Lei nº 12.527, reafirma a obrigação dos órgãos públicos em utilizar meios eletrônicos para divulgação das informações, vistas como forma de prestar contas dos atos que foram praticados durante a gestão. E complementando a indicação feita pela Lei da Transparência e de Acesso à Informação, o Decreto nº 7185/2010 define como os dados devem ser disponibilizados: em tempo real (primeiro dia útil após a contabilização) e em meio eletrônico; e que possibilite amplo acesso público (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, destaca-se que se adota aqui a visão defendida por Dutra e Lopes (2013, p. 5) de que os dados precisam estar em formato útil e que agreguem valor a diversos interessados. Essa visão vem complementar as definições do Decreto nº 7185/2010.

Igualmente, vale registrar que desde a Constituição de 1988, no artigo 70, já constava a definição sobre a disponibilização da prestação de contas, citando que:

Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária (BRASIL, 1988, p. 56).

De acordo com Dutra e Lopes (2013, p. 7), a abertura dos dados governamentais, conforme previsto nas leis já citadas, tem por objetivo possibilitar “que a sociedade gere novas informações e conhecimentos, novos cruzamentos e

informações que podem resultar em novas formas de prestação de serviços públicos criativos e inovadores”.

Inferre-se daí que todas as leis de transparência e acesso à informação têm como objetivo permitir “à sociedade civil exercer um papel fundamental na identificação de fraudes” (FIGUEIREDO; SANTO, 2014, p. 74). Também, essas leis devem possibilitar maneiras de participação, acompanhamento e controle da gestão pública, de forma que a sociedade possa interagir com o governo e possa, por meio de canais eletrônicos, solicitar informações de seu interesse, a qualquer momento e de forma simples e acessível.

### 2.3 Dados governamentais abertos

O contexto tecnológico é muito propício à criação e circulações de informações digitais, deve-se haver um cuidadoso gerenciamento dessas informações para que sua apresentação evite omissões ou sobrecarga de informações que irão apenas distanciar o usuário do alcance de seus objetivos, podendo inclusive desestimular sua busca futura (NASCIMENTO; FREIRE; DIAS, 2012, p. 177).

Agune, Gregório Filho e Bolliger (2010 *apud* MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2011, p. 47) definiram que dados governamentais abertos (DGA) “é o termo utilizado pela literatura para denominar a disponibilização, através da Internet, de informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade”.

Em uma reunião com o objetivo de compreender por que os dados abertos são essenciais à democracia, a *Open Government Data* (OPEN DATA GOV, 2007) definiu uma série de princípios para dados governamentais abertos:

- a) Completo: todos os dados públicos são disponibilizados, não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou privilégio;
- b) primário: os dados são coletados na fonte, com o nível mais alto possível de granularidade, sem agregações ou modificações;
- c) oportuna: os dados são disponibilizados o mais rápido possível para preservar o valor dos dados;
- d) acessível: os dados estão disponíveis para a maior variedade de usuários e de finalidades;

- e) compreensíveis por máquinas (computadores): os dados são razoavelmente estruturados para permitir o processamento automatizado;
- f) não discriminatório: os dados estão disponíveis para qualquer pessoa, sem necessidade de registro;
- g) não proprietário: os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo;
- h) sem licença: os dados não estão sujeitos a direito autoral, patente, marca comercial ou regulamento de segredo comercial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e privilégios podem ser permitidas.

Complementar a esses princípios, Eaves (2009 *apud* MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2011, p. 48) reportam as três leis que devem reger os dados governamentais abertos:

- a) Se o dado não for encontrado e indexado na *web*, ele não existe;
- b) se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser aproveitado;
- c) se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele é inútil.

Diniz (2010) reforça essa visão quando pontua que os órgãos públicos que desejarem ter dados públicos abertos devem observar três passos básicos: selecionar, identificar e disponibilizar. Em complemento, o *World Wide Web Consortium* (2010 *apud* MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2011, p. 47) define que para se atingir os objetivos do conceito de dados governamentais abertos deve-se ter:

Marco regulatório: a construção de legislação para definir as regras de disponibilização, acesso e formato das informações públicas para garantir a possibilidade de acesso pela sociedade; acesso ao público: as informações devem estar disponíveis aos cidadãos através da internet; capacitação de profissionais dos órgãos públicos: capacitação para o uso das tecnologias de dados abertos (*WORLD WIDE WEB CONSORTIUM*, 2010 *apud* MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2011, p. 47).

Assim, ao se falar nas características dos dados governamentais abertos, é preciso explicitar, de acordo com Diniz (2010, p. 7), que eles devem "ser independentes de plataformas tecnológicas; basear-se em formatos padronizados [...]"; possuir formato estruturado e que permita a extração e não apenas a

visualização; devem permitir “uma análise dos dados através de um conjunto de instruções legíveis por máquina que descreve os dados e suas relações”; devem estar sempre disponíveis; “se a opção de disponibilização de dados for por meio de uma interface de programação de aplicativos, separe os dados da interface”; devem ter uma codificação de “representação numérica universal e sem ambiguidade para cada objeto de maneira independente da plataforma de *software* e do idioma”. Isso leva a questionar sobre a forma como os dados governamentais, em Minas Gerais, especificamente no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, estão sendo apresentados e se eles atendem aos princípios mínimos para que se considere um dado governamental aberto.

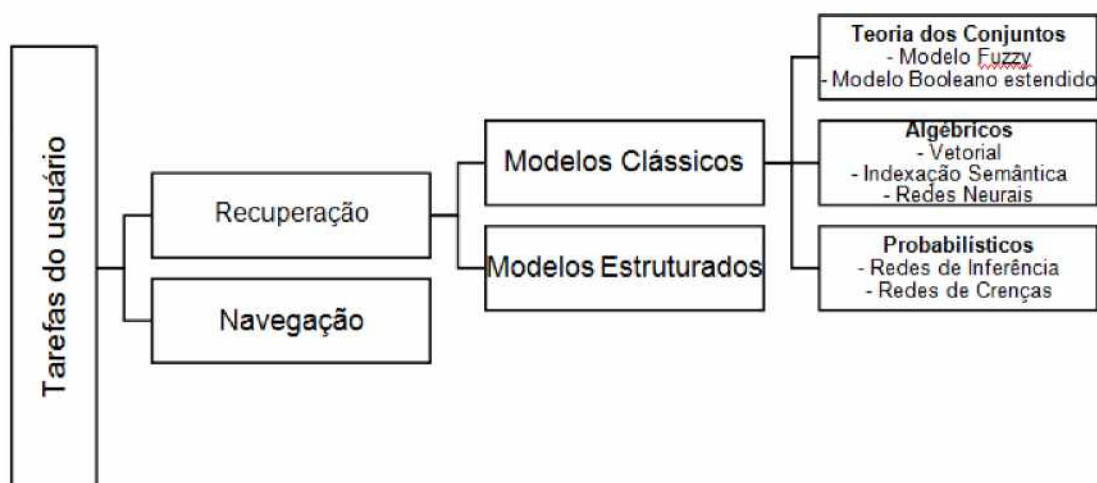
## 2.4 Modelos de recuperação de informação

Os governos têm a função de garantir o acesso ao cidadão a essas novas tecnologias, usando-as como incentivadoras da democracia e não como barreiras onde existam os que têm acesso e os excluídos. Assim devemos buscar entender o papel da tecnologia como “incentivador” (ENDLER, 2000, p. 5).

Santos (2005, p. 3) apresenta em sua pesquisa o papel da arquitetura de informação, que consiste em “prever todas as possíveis interpretações para um mesmo dado”. E aduz que a arquitetura de informação “deve ter a capacidade de projetar, de antever os fluxos, caminhos da informação”. Assim, ela deve atentar para o entendimento de como o usuário age no sistema.

Em conjunto ao papel da arquitetura de informação, têm-se os modelos de recuperação de informação, que busca, apresentar ao usuário o conteúdo de um documento de acordo com sua necessidade. Esses modelos são divididos nos clássicos: modelo booleano, modelo vetorial e modelo probabilístico, modelo *fuzzi*; e derivados: as redes neurais e algoritmos genéticos (FERNEDA, 2009). Autores como Baeza-yates e Ribeiro-Neto (1999) e Souza (2006) dividem os modelos em clássicos e estruturados e posteriormente dividem o modelo clássico em: teoria de conjuntos, algébricos e probabilísticos.

Figura 1 - Modelo de recuperação de informação



Fonte: adaptado de Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (1999) e Souza (2006).

Esses modelos têm como finalidade facilitar o entendimento e a manipulação das informações. Assim, tendo-se esses modelos de recuperação de informação, depara-se com a função das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a administração pública e parte-se do pressuposto de que a tecnologia da informação e comunicação deve atuar “como alternativas estratégicas relativas à governança” (NASCIMENTO; FREIRE; DIAS, 2012, p. 168).

Para Arakaki (2008 *apud* DAMIN; MERLON, 2013, p. 881):

As TICs são um meio e não o fim, ou seja, utilizar tecnologia da informação para modernizar o governo de modo que este possa oferecer serviços eletrônicos que realmente atendam às necessidades dos cidadãos e não apenas fazer uso da internet para informatizar processos burocráticos.

Com essa definição retoma-se o objetivo que norteia este estudo, o atual Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, se este dialoga efetivamente com a sociedade ou está apenas apresentando informações para cumprir uma pró-forma legal, fazendo uso das TICs apenas como forma de informatização do processo burocrático.

### 3 ESTUDO DOS PORTAIS GOVERNAMENTAIS: BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

Ao se realizar o levantamento dos principais conceitos que são primordiais para a construção deste trabalho, deparou-se com alguns estudos referentes aos portais governamentais.

Matheus, Vaz e Ribeiro (2011, p. 56) referem uma das primeiras iniciativas de dados governamentais abertos no Brasil, que se deu no Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM-CE). O órgão “disponibilizou todos os seus dados em formato que todos os computadores podem ler e incentiva que os cidadãos os utilizem e encontrem novas maneiras de usá-los”. Infelizmente, o ano que ocorreu tal disponibilização não foi citado. Os autores abordaram, em outra pesquisa (2014, p. 3), o caso do Rio de Janeiro, onde foi realizado “um estudo exploratório dos portais de dados abertos e da política de dados abertos do município carioca, o Data.Rio ([data.rio.rj.gov.br](http://data.rio.rj.gov.br)) e o RioDatamine ([www.riodatamine.com.br](http://www.riodatamine.com.br))”.

No caso dos portais do Rio de Janeiro há “evidências de um ciclo virtuoso para uso de dados pela sociedade civil, incluindo havendo possibilidades de desenvolvimento econômico e de sérias melhorias no controle e entrega de serviços públicos na prefeitura” (MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2014, p. 6).

Em outro estudo, de Dutra e Lopes (2013, p. 11), é apresentado o cenário do Estado do Rio Grande do Sul, citando os dados disponibilizados no portal da Secretaria da Fazenda que tem o enfoque em “dados referentes a despesas e investimentos realizados nos últimos anos, especialmente na temática de gastos públicos, convênios e diárias” e no portal da Secretária de Planejamento, que tem o enfoque em “dados de Programas e Ações, constantes no Plano Plurianual (PPA)”.

Uma ponderação interessante do estudo de Dutra e Lopes (2013, p. 11) trata-se da disponibilização de “*link* do planejamento com a execução, permitindo que a sociedade possa controlar o andamento e o nível de execução das ações governamentais”. Os autores, porém, não aprofundam em como essa informação é disponibilizada ou como se torna de conhecimento dos cidadãos do estado.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (BEGHIN; ZIGONI, 2014, p. 91) conduziu pesquisa no ano de 2014 que teve por objetivo “considerar a mensuração da transparência em nível nacional e subnacional”. Obteve resultados além do esperado, destacando-se:

As informações são *completas*, que em geral os dados não são *primários*, que a maior parte dos governos não oferece informações *atualizadas*, que o *acesso* às informações não é assegurado para todos, que avanços se verificam no que se refere à disponibilização de dados *processáveis por máquina*, que o *acesso não discrimina* o usuário, que os dados são relativamente apresentados em formatos que *não possuem proprietário* e que não se sabe se os dados possuem *licença* (BEGHIN; ZIGONI, 2014, p. 91).

Se se analisarem tais afirmações, os *sites* pesquisados (apesar de não serem citados na pesquisa) atendem parcialmente aos princípios de dados governamentais abertos.

Outro estudo, que teve enfoque nos dados orçamentários, foi realizado por Medeiros *et al.* (2014), verificando a qualidade dos dados dos portais Finanças do Brasil (FINBRA), sob a competência da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), de competência do Ministério da Saúde.

Em relação às conclusões apresentadas nos estudos, infere-se que ambos exibem acessibilidade e oportunidade das informações similares. No entanto, o portal da “Finbra evidenciou limites, como: ambiguidade na compreensão da composição de indicador; linguagem pouco didática, dando ênfase a termos contábeis” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 18). Os autores enfatizam que tais limitações levam a um “sistema pouco acessível para os usuários leigos” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 18).

Também, Damin e Merlon (2013) realizaram estudo dos portais sob o ponto de vista dos usuários, referente aos serviços oferecidos por eles nos Estados de São Paulo (Poupa Tempo), Minas Gerais (Unidade de Atendimento Integrado - UAI), Paraná (E-Paraná), Rio Grande do Sul (Tudo Fácil) e Santa Catarina (*Site do Estado*) e utilizaram um modelo de pontuação para diversos aspectos.

O estudo buscou entender aspectos como eficiência, realização, disponibilidade, privacidade, *site* e sinergia, concluindo que os portais precisam disponibilizar maior volume de serviços, criar aspectos relacionados à segurança e à privacidade e buscar formas de despertar o interesse dos usuários em utilizar os serviços disponíveis nos portais com mais frequência.

Abdala e Torres (2016) buscaram estudar os portais de transparência dos Estados com o intuito de conhecer se eles podem ser considerados fontes de acesso à informação e ser utilizados como espaços de fortalecimento da participação e do

controle social. Os pesquisadores avaliaram aspectos relativos a navegação e acessibilidade, prestação de informações ao cidadão, controle social sobre a administração e interatividade e participação. Apuraram que “os portais de transparência dos Estados entregam alguma confiança em termos de navegação e acessibilidade e informações ao cidadão, deixando a desejar em termos de controle social e, principalmente, interatividade e participação”, mas ponderam que “os resultados reforçam o entendimento da transparência como espetáculo” (ABDALA; TORRES, 2016, p. 156). Ainda:

Frente a todas as limitações e dificuldades encontradas no processo de utilização dos Portais de Transparência, questiona-se o quanto tais mecanismos podem, efetivamente, contribuir para o fortalecimento da participação social (ABDALA; TORRES, 2016, p. 156).

Ao analisar todas as conclusões dos estudos mencionados, percebe-se certo consenso de que os portais governamentais, de forma expressiva, têm a tendência a oferecer dados que não atendem a todos os princípios definidos como dados governamentais abertos, e que possuem algumas limitações que podem dificultar seu uso de forma realmente efetiva pelo cidadão.

### **3.1 A geração dos usuários dos portais da transparência**

Com os avanços das novas tecnologias, o conceito de gerações vem se modificando. Novas terminologias vêm sendo comumente utilizadas e aparecem inicialmente nos trabalhos de Straus e Howe (*apud* ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017).

Neste estudo, abordam-se os conceitos das gerações aludidas por McCrindle e Wolfinger (2009 *apud* ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017, p. 200) e complementa-se com a visão de Jordão (2016, p. 3). Esses autores trabalham com a definição de cinco gerações: *baby boomers*, geração X, geração Y, geração Z e por fim geração Alfa, colocadas aqui em ordem cronológica.

A geração denominada *baby boomers* é caracterizada por indivíduos nascidos entre 1940 e 1960, conceituados como idealistas, que cresceram tolerantes, com princípios que pregavam o “não conflito armado” (JORDÃO, 2018, p. 4; ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017).

Em sequência tem-se a geração X, com pessoas nascidas entre 1960 e 1980, definidos como pragmáticos e com uma versão conservadora de mundo, mas que conseguem “se conectar com facilidade à cultura, visão de mundo e até valores da geração Y” (ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017, p. 204). Os profissionais dessa geração são conhecidos como de fácil aprendizado, mas gostam de empregos que oferecem estabilidade.

A geração Y, por sua vez, são os nascidos entre 1980 e 2000, delineados como predominantemente virtuais, com perspectiva e, acima de tudo, “com uma visão mais global, querendo ajudar o mundo” (WADA; CARNEIRO, 2010, p. 8). São definidos como filhos da tecnologia e gostam de ambientes de trabalhos interativos e de rápidas mudanças (ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017)

Continuamente tem-se a geração Z, que são os indivíduos nascidos a partir de 2000, definidos como viciados em telas. Se se tomarmos como base uma geração que já nasceu imersa em toda tecnologia altamente avançada, então estão sob a égide da internet, suas possibilidades e acesso. São profissionais comumente estereotipados como de “elevados níveis de criatividade, expressividade e individualidade” (ZOMER; SANTOS; COSTA, 2017, p. 204).

Por sua vez, a geração Alfa, formada por pessoas nascidas após o ano de 2010, em um mundo onde as tecnologias são ainda mais desenvolvidas, se comparadas às presentes para a geração Z, e precisam lidar com uma série de novos desafios, como, por exemplo, as questões ambientais, algumas delas causadas justamente pela excessiva evolução tecnológica que requer, cada vez mais, o uso de recursos naturais (JORDÃO, 2016).

#### 4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para melhor compreensão dos conceitos interligados às definições de publicidade, transparência e o estudo de usuário, e buscando dar enfoque às expectativas dos usuários quanto à informação pública, realizou-se primeiramente uma revisão bibliográfica.

Gil (2002) preconiza a importância do levantamento bibliográfico ao afirmar que ele possibilita ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla, vislumbrando diversos posicionamentos sobre um mesmo conceito e/ou teoria.

O resultado dessa revisão subsidiou a construção da segunda etapa da pesquisa, de caráter exploratório, com abordagem quantitativa/qualitativa. Nesse sentido, Gil (2002) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal esclarecer conceitos e/ou ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Ao complementar esse conceito, Casarin e Casarin (2012) defendem o uso da abordagem qualitativa para propiciar o aprofundamento da investigação de questões relacionadas ao fenômeno e suas relações, buscando-se o que é comum, mas permanecendo aberto para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Ainda complementar, a pesquisa quantitativa busca “medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada” (MANZATO; SANTOS, 2012, p. 7).

Para a obtenção dos dados foi realizada a aplicação de um questionário de pesquisa, direcionado a servidores públicos do Estado de Minas Gerais. O grupo foi escolhido por teoricamente ter vivência diária no serviço público, o que deveria possibilitar facilidade na navegabilidade e no conhecimento dos termos da administração pública. Assim, poder-se-ia verificar se o modelo apresentado facilitava ou dificultava o entendimento das informações contidas no portal.

Os entrevistados foram escolhidos tentando-se abranger todos os tipos de vínculo que atualmente o Estado de Minas Gerais tem como forma de prestação de serviços. Os questionários foram direcionados da seguinte forma: para os vínculos de recrutamento amplo, contratado e concursado, para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretária de Estado de Fazenda (SEF), Secretária de Estado de Governo (SEGOV) e Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Para o vínculo funcionário Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de empresa pública, foram direcionados para a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB), Minas Gerais Administração e Serviços (MGS) e Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE). Os órgãos públicos e empresas foram escolhidos em decorrência da proximidade de trabalho com a pesquisadora.

Para o vínculo de alunos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (AEG/FJP), os questionários foram enviados por meio da própria instituição, direcionando para os alunos dos primeiros períodos do Curso de Administração Pública (CSAP). A escolha do grupo, em específico, tinha como objetivo confrontar se a vivência na atividade pública poderia ser um fator que gerasse mais facilidade nos termos públicos e na utilização do portal da transparência.

O instrumento de pesquisa enviado aos respondentes foi composto de 22 perguntas, com respostas semiestruturadas e com tempo médio de resposta de 30 minutos. As perguntas tinham perfil exploratório e buscaram quantificar as respostas para posteriormente aplicar análise qualitativa aos números obtidos.

As perguntas foram alinhadas à revisão bibliográfica, ao modelo e ao formato do portal da transparência relativo ao mês de abril de 2020. A finalidade era responder à questão que norteia a pesquisa e os objetivos desta monografia: o portal da transparência do estado de Minas Gerais fornece informações que podem ser acessíveis e de fácil entendimento para a sociedade?

O questionário foi encaminhado para 500 servidores públicos do Estado de Minas Gerais, com o retorno de 357 respondentes, considerando-se todos os tipos de vínculo. Esse volume de respostas representa apenas 0,059% se se partirem os dados de 2019, que apresentava 605.950 servidores estatutários e ativos<sup>4</sup> no Estado de Minas Gerais.

---

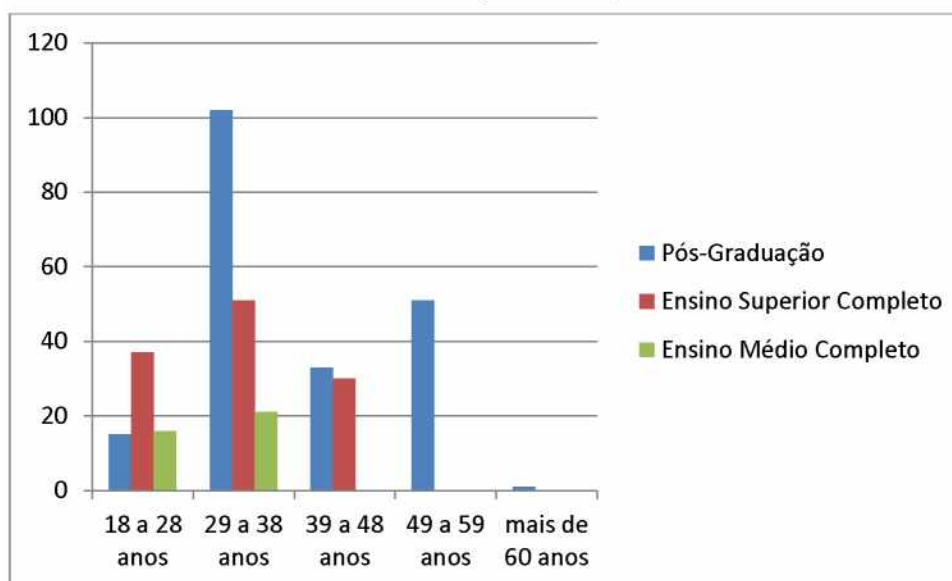
<sup>4</sup> Dados disponibilizados pela Secretária de Fazenda em 2019 ao Jomal Globo. O *site* da Secretária não possui essa informação de forma consolidada, e ao solicitar por meio do Portal da Transparência a resposta foi de que atualmente os dados são gerados de forma não consolidada, e para obter o real somatório deveríamos proceder ao cálculo manual, fazendo uso de planilhas disponibilizadas no portal da transparência.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Ao realizar a análise dos dados obtidos na pesquisa, alguns deles são importantes, tendo em vista que são fatores influenciadores do resultado final obtido.

O primeiro dado concernente ao público atingido pela pesquisa diz respeito à faixa etária e à formação acadêmica, conforme apresentado no GRÁF. 1.

Gráfico 1 - Faixa etária por formação acadêmica



Fonte: autor, dados analisados pela ferramenta IBM *CognosAnalytics*.

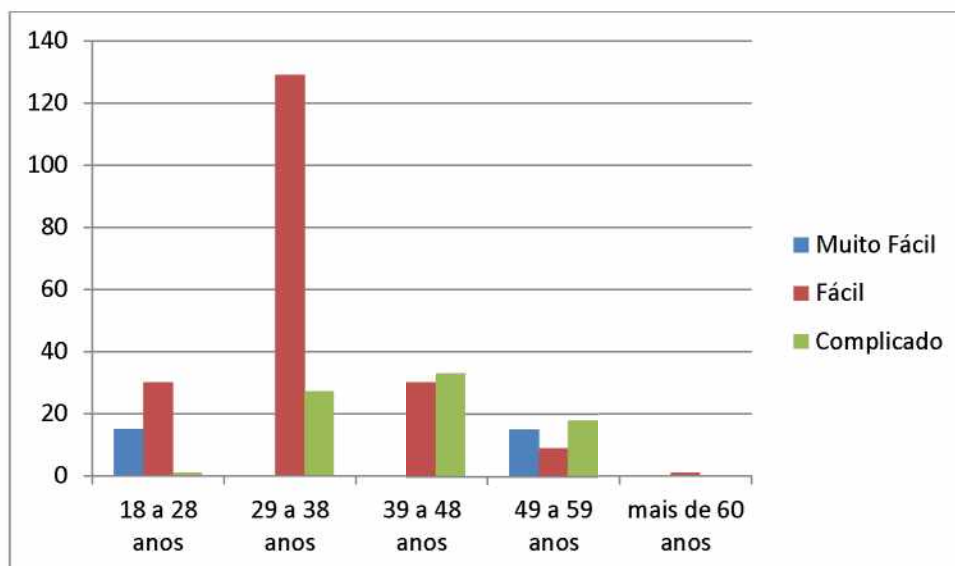
Dos 357 questionários aplicados, 102 estão na faixa de 29 a 38 anos e possuem formação em nível de pós-graduação. Pondera-se que essa faixa etária corresponde à geração Y, como denominado por Wada e Carneiro (2010), o que leva a deduzir que praticamente 1/3 dos entrevistados, considerando todos os níveis de formação, possui ou deveria possuir vivência com plataformas digitais, uma vez que pertence a essa geração Y.

Tal pressuposto conduz a crer que para essa parcela de entrevistados a navegação e usabilidade com o portal da transparência é algo natural e realizada com certa facilidade. Isso se considerar que essa geração nasceu em um mundo transitório entre o analógico e o digital.

Realça-se também que o volume total de pessoas participantes com nível de formação em pós-graduação correspondeu a mais de 56,6% do total de

entrevistados. É um número relevante na análise de navegação e usabilidade do portal, assim como pode ser constatado nos dados apresentados do GRÁF. 2.

Gráfico 2 - Faixa etária x facilidade de uso

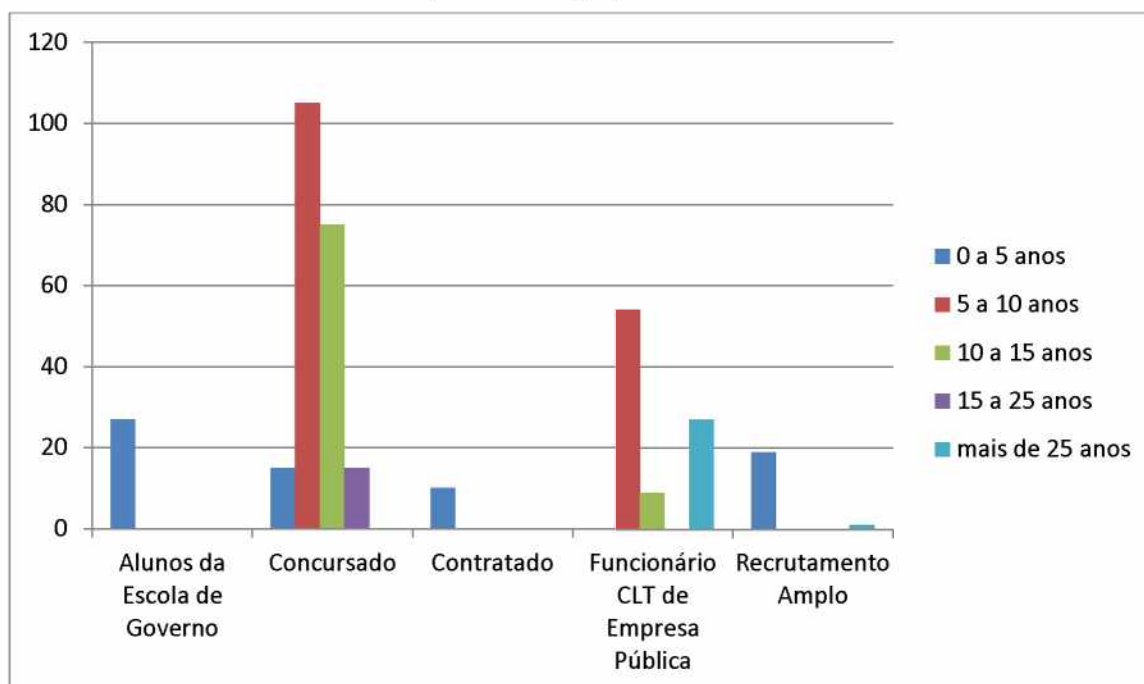


Fonte: autor, dados analisados pela ferramenta IBM *CognosAnalytics*.

Os entrevistados da geração Y definiram a facilidade de uso do portal majoritariamente como “fácil”, uma definição esperada considerando-se a imersão tecnológica dessa geração, conforme exposto por Zomer, Santos e Costa (2017). Em contrapartida, a geração X apresentou paridade na definição do portal como “fácil”, com 12,7%, e “complicado”, com 16,5%. Essa paridade reforça o conceito de uma geração disposta a aprender, como ponderam Zomer, Santos e Costa (2017).

Visando ainda ao público entrevistado, analisou-se a dispersão por tempo de serviço e levando-se em conta o tipo de vínculo do entrevistado. Os dados encontram-se no GRÁF. 3.

Gráfico 3 - Tempo de serviço por vínculo com o Estado



Fonte: autor, dados analisados pela ferramenta IBM *CognosAnalytics*.

Dos entrevistados, 180 são concursados e estão há 5-15 anos no serviço público. Isso significa que 58,5% adquiriram considerável vivência na área pública.

Esclarece-se que os demais vínculos foram representados no estudo por 27 entrevistados do AEG/FJP, 90 funcionários de empresas públicas, 20 de recrutamento amplo e 10 contratados.

Ao considerar que 93% dos entrevistados estão há mais de cinco anos no serviço público, esperava-se que o grupo tivesse conhecimento mais profundo dos termos correlatos à administração pública. Isso não foi validado pelos dados obtidos na pesquisa.

As perguntas que buscavam verificar o nível de conhecimento dos termos e da forma de disponibilização dos dados públicos foram direcionadas para os entrevistados. Esses questionamentos, fragmentos do próprio portal de transparência, foram usados pedindo-se que sinalizassem o que aquela imagem representava ou como os dados na imagem foram obtidos. A FIG. 2 retrata as fases da despesa de um gasto.

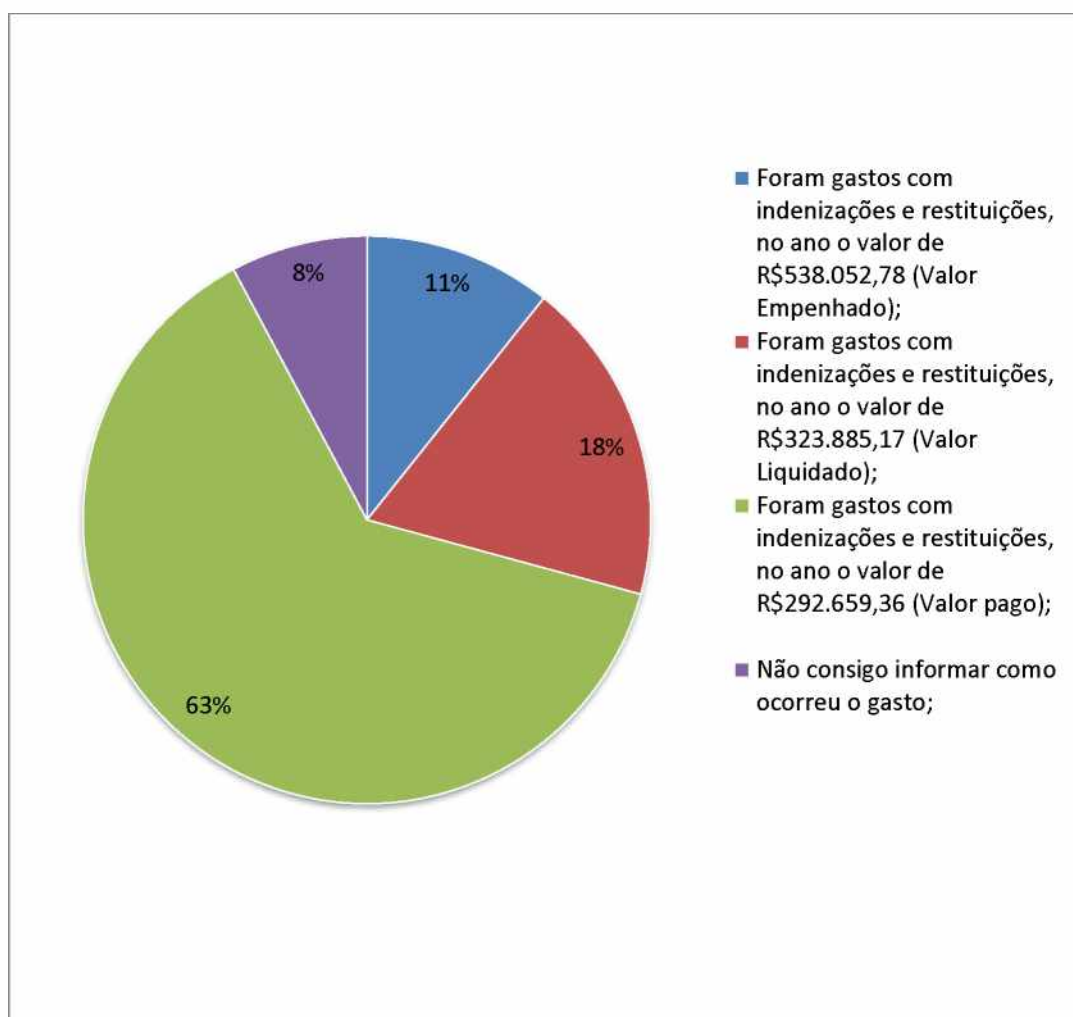
Figura 2 - Execução de um gasto público

| Categoria Econômica | Grupo de Despesa          | Elemento de Despesa                | Valor Empenhado | Valor Liquidado | Valor Pago   |
|---------------------|---------------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| DESPESAS DE CAPITAL | INVESTIMENTOS             | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 5.127.827,13    | 4.637.778,20    | 2.287.101,63 |
| DESPESAS CORRENTES  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | INDENIZACOES E RESTITUICOES        | 538.052,78      | 323.885,17      | 292.659,36   |
| DESPESAS CORRENTES  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA             | 15.526.746,42   | 13.134.602,54   | 9.462.225,42 |

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.

Era esperado que os entrevistados sinalizassem como resposta à FIG. 2 a opção de “foram gastos com indenizações e restituições, no ano o valor de R\$ 292.659,36 (valor pago)”, mas os percentuais obtidos não eram esperados, como mostra o GRÁF. 4.

Gráfico 4 - Entendimento das fases da execução da despesa



Fonte: autor.

A alternativa correta obteve 63% das respostas, deixando transparecer que considerável parcela dos entrevistados conhece as fases da execução da despesa. Mas um dado implícito, que se destaca, é o percentual de respostas erradas. Tem-se o total de 37% de entrevistados em que o modelo de informação não possibilitou o correto entendimento das referências disponíveis no portal.

Deve-se ponderar que esse comportamento não é adequado ou esperado para um portal de transparência. E essa constatação corrobora a perspectiva de Santos (2005), quando ele afirma que os portais não devem gerar nos usuários interpretações errôneas ou dúbias sobre as informações neles disponíveis. Um portal de transparência deve trazer informações o mais transparente possível e de entendimento acessível.

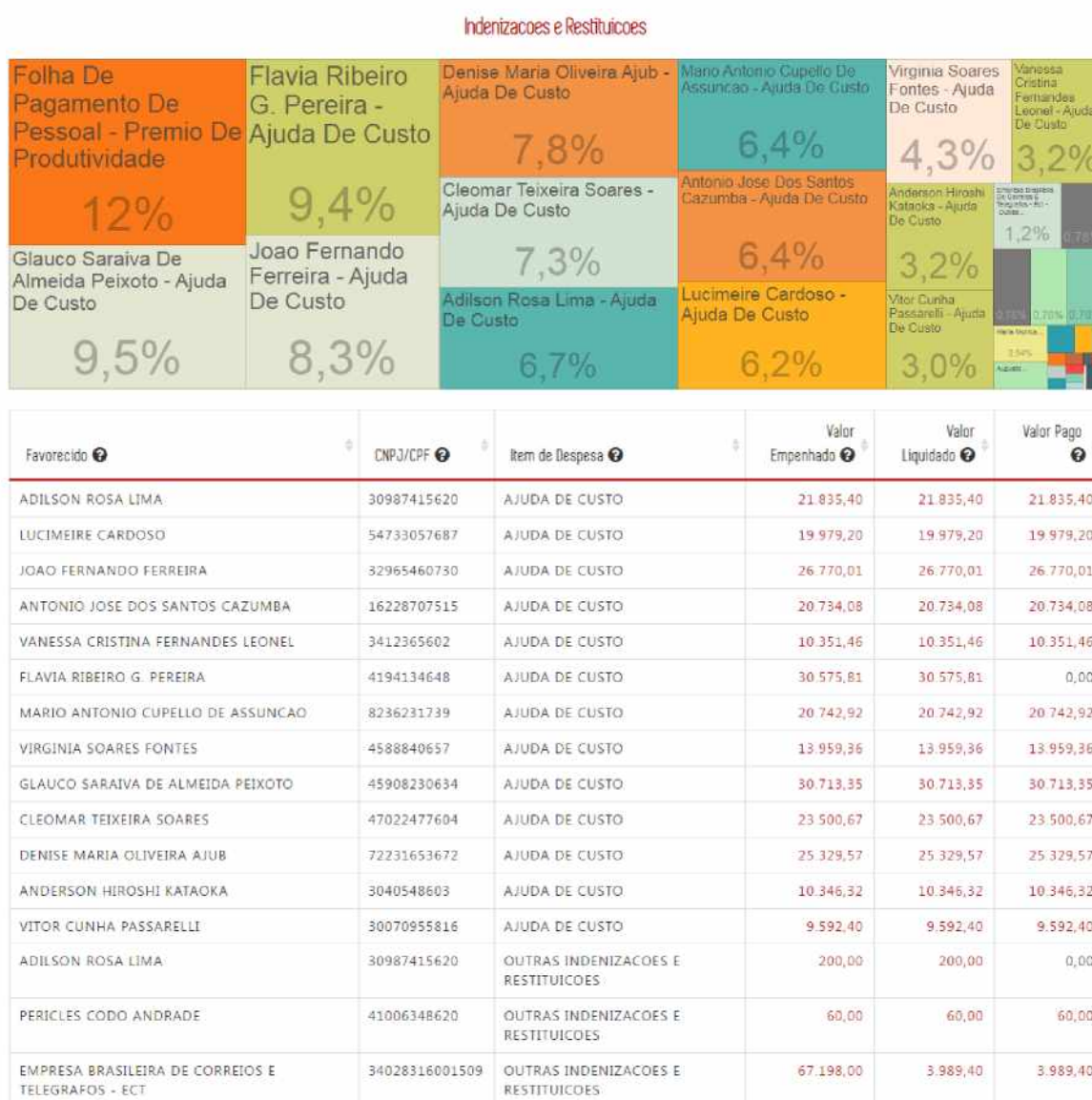
Esse comportamento instiga a refletir sobre a eficácia do portal, suas limitações, no que se refere à participação da sociedade, confirmando o pensamento de Limberger (s.d.) de que esse padrão aumenta o descrédito nas políticas públicas.

Em outro momento do questionário e com o intuito de verificar se a vivência no serviço público gera mais facilidade na utilização do portal da transparência, realizou-se um recorte para analisar os dados e confrontar as respostas dadas pelos AEG/FJP e pelos demais grupos. Do grupo de AEG/FJP apurou-se o total de 27 respondentes. Desse número, apenas 12 sinalizaram que já acessaram o portal da transparência.

Ao focar nas respostas dadas pelos AEG/FJP, detecta-se que ao realizarem a análise da FIG. 2, todos responderam corretamente à afirmação esperada.

Buscando verificar se os entrevistados tinham familiaridade com o modelo de informação e representação do portal, foi exibida uma representação gráfica presente no portal (FIG. 3).

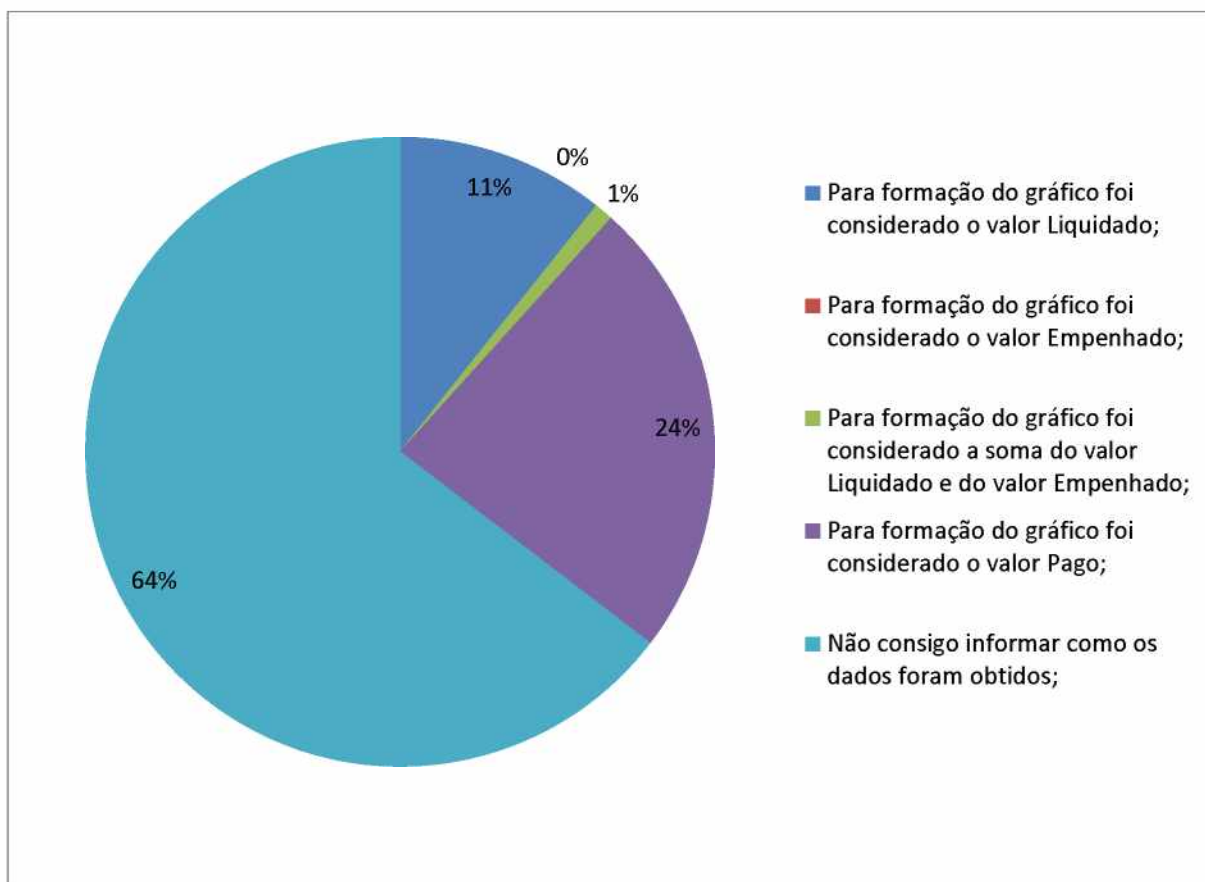
Figura 3 - Gráfico de detalhamento de gasto



Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.

Era esperado que os entrevistados sinalizassem na FIG. 3, como resposta, a opção “para a formação do gráfico foi considerado o valor pago”. Mas os percentuais não foram os esperados, de acordo com o GRÁF. 5.

Gráfico 5 - Entendimento da representação gráfica da execução da despesa



Fonte: autor.

A opção correta atingiu 24% das respostas, o que levou a questionar a utilidade dessa funcionalidade, levando em consideração a perspectiva dos entrevistados.

Observou-se preocupação na criação de uma representação gráfica, mas essa representação não deixou claro qual dado estava sendo utilizado para sua configuração. É considerável o fato de que 64% dos entrevistados disseram não conseguir definir a origem da informação do gráfico.

Pode-se refletir, a partir desses dados, que a representação não produz o conhecimento esperado, conforme recomenda a literatura (DAMIN; MERLON, 2013; DUTRA; LOPES, 2013), já que os respondentes não conseguiram identificar que a representação é um agrupamento das despesas de indenizações e restituições por beneficiário.

E ainda se destaca a não execução esperada do papel e do modelo de informação de um portal. Santos (2005) afirma que se espera com a arquitetura da informação assertividade na relação com o usuário, o que não ocorreu com os

entrevistados, tendo em vista o percentual que não conseguiu definir a origem da informação. Os AEG/FJP, por sua vez, ao analisarem a FIG. 3, apresentaram comportamento similar ao apresentado pelos demais entrevistados, sendo que o percentual de 75% citou não saber como a representação gráfica foi obtida.

Foi realizada uma terceira pergunta, com a finalidade de relacionar o portal da transparência à LOA. E foram apresentados aos entrevistados dois fragmentos retirados da LOA (FIG. 4 e 5).

Figura 4 - Recorde da LOA, com valores

| ESPECIFICAÇÃO   | MOD | IAG | FUNTE | IPU | 1.PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 3.OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 4.INVESTIMENTOS | 5.INVERSOES FINANCEIRAS | 6.AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | TOTAL      |
|---|-----|-----|-------|-----|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|------------|
| PROJETO IMPLANTADO  |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
| PROJETO   | 50  |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
| 02 061 706 2 025  |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         | 69.394.076 |
| GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC   |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
| <i>Finalidade</i>   |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
| <i>PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES QUE ENVOLVEM TECNOLOGIA PARA MELHORIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.</i> |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
| 02 061 706 2 025 0001   |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         | 69.394.076 |
| GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC   |     |     |       |     |                              |                              |                             |                 |                         |                         |            |
|   | 90  | 0   | 77    | 1   |                              |                              | 44.967.076                  | 24.427.000      |                         |                         | 69.394.076 |

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei 22476), p. 56.

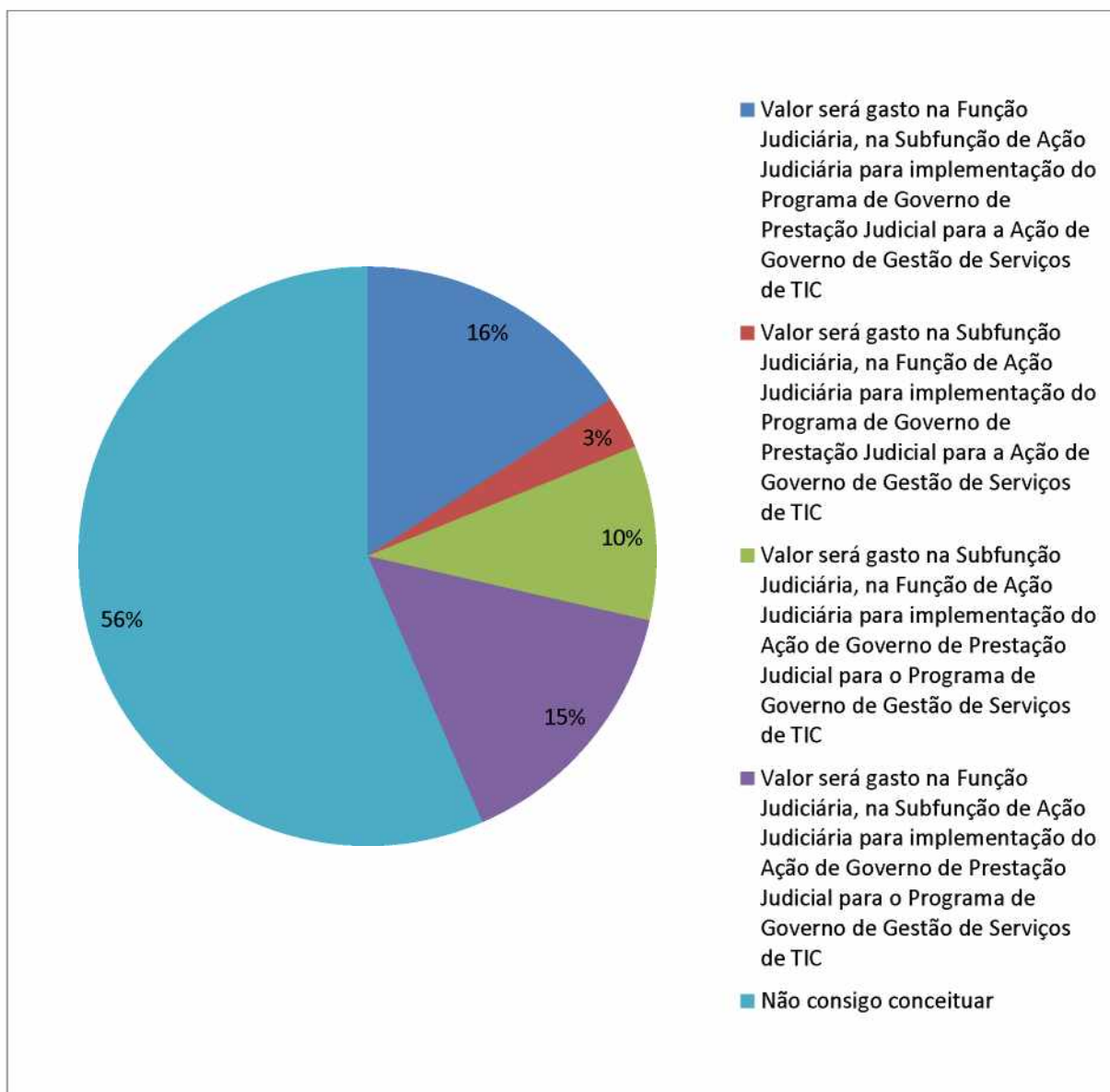
Figura 5 - Recorte da LOA funcional programática

**PROJETO IMPLANTADO**  
**02 061 706 2 025**

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei 22476), p. 56.

Esperava-se que os entrevistados sinalizassem, como resposta à FIG. 4, a opção de “valor será gasto na função judiciária, na subfunção de ação judiciária para implementação do programa de governo de prestação judicial para a ação de governo de gestão de serviços de TIC“. Foram obtidos os percentuais mostrados no GRÁF. 6.

Gráfico 6 - Análise do fragmento LOA



Fonte: autor.

A resposta correta alcançou 16% de assertividade entre os entrevistados, deixando transparecer que os elementos que compõem a LOA não são de conhecimento tão comum como os elementos da execução, mesmo levando em consideração que tais termos são complementares uns aos outros.

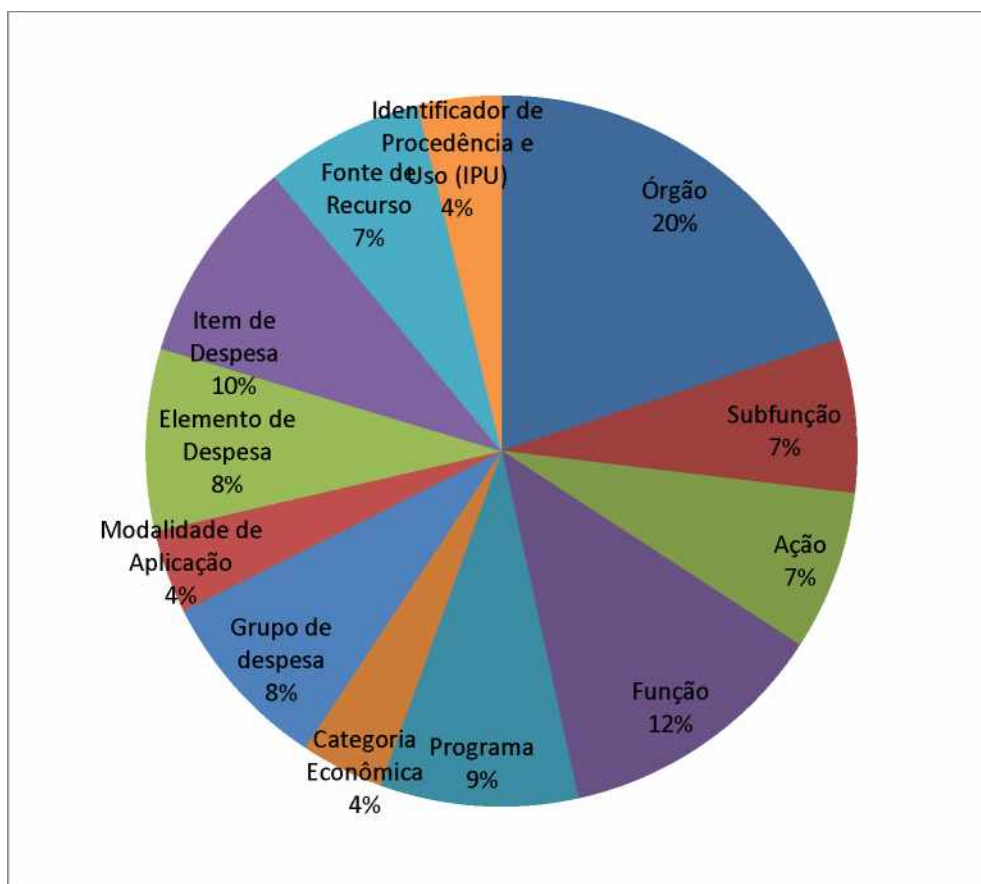
Essa constatação é ainda mais clara ao se verificar que 56% não puderam conceituar o que o fragmento representava e 28% confundiram a ordem dos conceitos. Isso reafirma o pensamento de Abdala e Torres (2016) sobre a existência de uma lacuna na comunicação com o usuário. E a pesquisa evidencia essa lacuna.

Nas análises das FIG. 4 e 5, realizando-se o recorte dos AEG/FJP, o desconhecimento sobre os termos que compõem a LOA foi de 100% dos entrevistados.

Tomando como base os percentuais de desconhecimento apresentado, pode-se afirmar que em nenhum dos grupos o tempo de exercício na atividade pública foi um fator que gerou mais conhecimento das fases da despesa. Sendo assim, o portal da transparência não desempenha corretamente o seu objetivo, ou seja, prestar informações e não apenas informatizar processos burocráticos, como assinalam Damin e Merlon (2013).

Buscou-se verificar o conhecimento dos termos comuns à execução da despesa e da LOA. Os termos disponíveis para marcação foram baseados nos filtros do próprio portal da transparência, cujos percentuais são apresentados no GRÁF. 7.

Gráfico 7 - Percentual de termos citados como de conhecimento dos entrevistados



Fonte: autor.

Notou-se que os entrevistados têm entendimento limitado dos termos corretos da LOA e das fases da execução das despesas. Pode-se observar esse não entendimento ao analisar os percentuais, por exemplo: “elemento de despesa” com 8% e “item de despesa” com 10%.

Esperava-se que ambos os termos obtivessem o mesmo percentual, e não que “item de despesa” se sobressaísse, tendo em vista que esse item “é o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020). Essa conceituação é apresentada no portal da transparência, na aba “glossário”. Em outras palavras, como os entrevistados podem citar ter conhecimento de um termo filho, mas desconhecem o termo pai?

Verificou-se que o comportamento descrito anteriormente também se aplica aos termos subfunção e função. Nos percentuais de citação de cada termo,

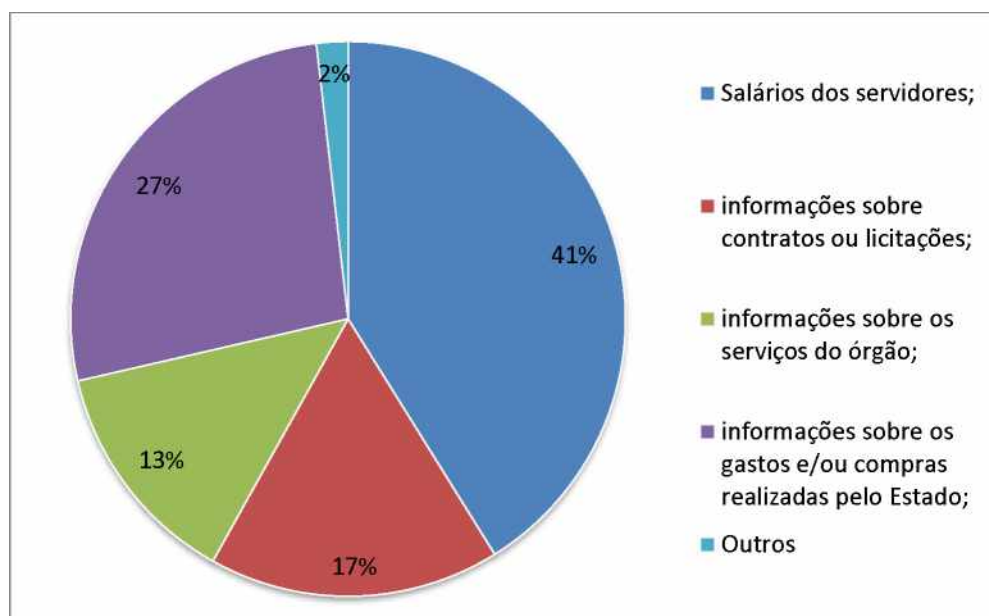
apenas o termo “órgão” se mostrou mais conhecido pelo grupo de entrevistados, obtendo 20%.

Também foi abordado entre os entrevistados se eram capazes de identificar no portal de transparência a execução de uma despesa prevista na LOA. Como resultado, 75% dos respondentes afirmaram não conseguir identificar como uma despesa citada na LOA foi executada.

Assim, abstraiu-se que o portal da transparência é falho na representação esperada, entre o que é previsto na LOA e o que é executado e apresentado no referido portal. Como afirmam Matheus, Vaz e Ribeiro (2014) em seus estudos, não há preocupação do governo quanto à forma como os dados são disponibilizados, e isso é evidenciado diante do percentual apresentado.

O estudo também buscou entender os principais objetivos que levam os entrevistados a acessarem o portal da transparência (GRÁF. 8).

Gráfico 8 - Principais objetivos ao acessar o portal da transparência



Fonte: autor

Tem-se que: 41% buscaram informações relativas aos salários dos servidores. As demais opções oferecidas aos entrevistados, como motivações para acesso ao portal, obtiveram, somadas, o total de 44%.

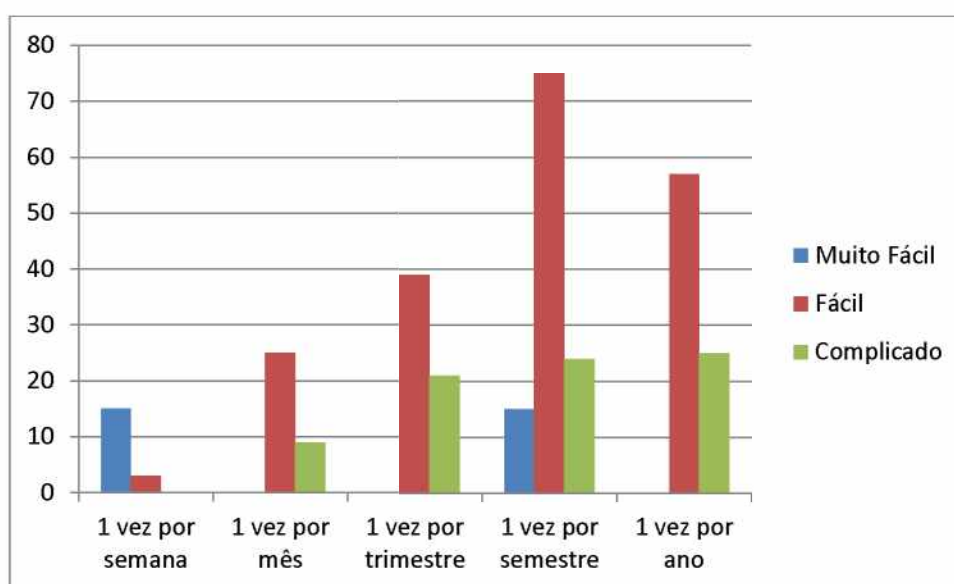
Ao comparar, apurou-se que a remuneração dos servidores foi um dos tópicos de mais interesse do grupo entrevistado. Do número de respondentes, 24,7%

declararam que acessam o portal da transparência com o único objetivo de verificar a remuneração dos servidores.

Ainda sobre as motivações que levaram os entrevistados a acessarem o portal da transparência, também se apresentou a opção “outros”. Nesta alternativa, era possível que o entrevistado detalhasse quais informações eram relevantes para ele e que não constavam nas opções disponibilizadas. Foram evidenciadas algumas opções, entre elas: informações sobre alunos e bolsa de estudos; e informações diversas, sem mais detalhamentos sobre as “informações diversas” por parte dos entrevistados.

Intentou-se também neste estudo abordar os aspectos de facilidade quanto à usabilidade do portal de transparência, verificando o quão amigável e interativo é na percepção dos servidores. Essa percepção de facilidade é registrada no GRÁF. 9.

Gráfico 9 - Facilidade por frequência de acesso

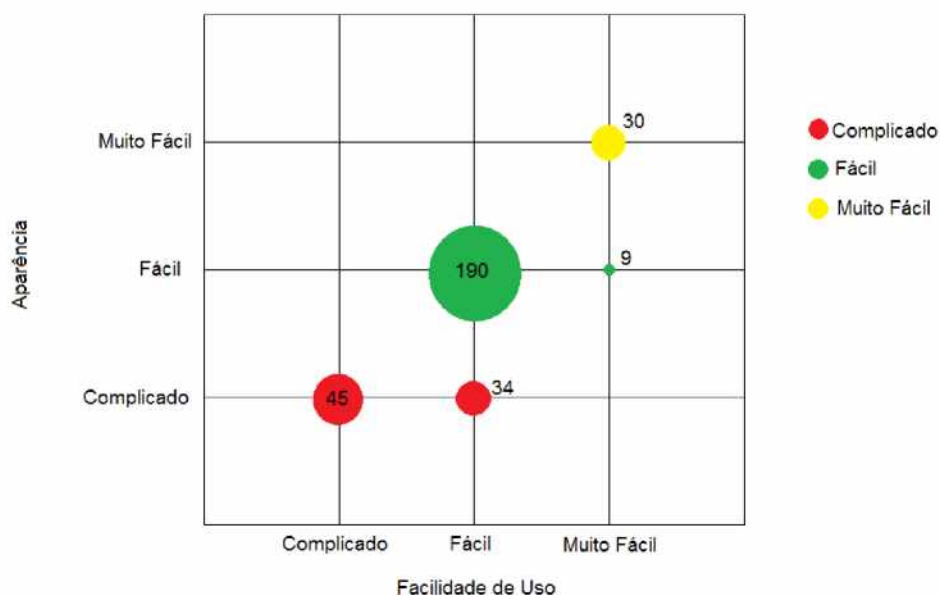


Fonte: autor, dados analisados pela ferramenta IBM *CognosAnalytics*.

Comparou-se a facilidade de uso em relação à periodicidade com que as pessoas executam buscas no portal da transparência. Verificou-se que os entrevistados que realizam buscas semanais acham a facilidade de uso entre fácil (1%) e muito fácil (5%). Já as buscas mensais e trimestrais são definidas como fácil para 20,85% e complicado para 9,8%. Um aspecto que se esperava encontrar era maior volume nas pesquisas semanais (5,87%) ou mensais (11.1%), mas 24,4% dos entrevistados realizam o acesso ao portal de transparência semestralmente.

Analisou-se no GRÁF. 10 a aparência em comparação à facilidade de uso.

Gráfico 10 - Aparência por facilidade

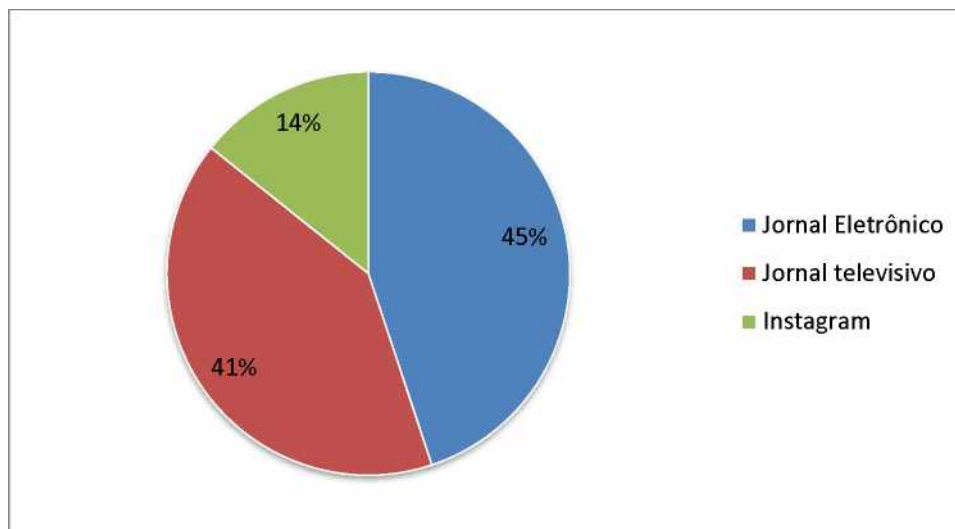


Fonte: autor, dados analisados pela ferramenta IBM *CognosAnalytics*.

Na análise da aparência pela facilidade de uso, tem-se uma grande concentração na definição de “fácil”, com o total de 61,7%. Foi apresentada uma pergunta aberta complementar na qual foi dada a possibilidade aos entrevistados de sugerir melhorias para o portal. Apenas três dos 308 entrevistados que sinalizaram ter acessado o portal da transparência de Minas Gerais indicaram a inclusão de mais dados relacionados aos servidores e seus rendimentos.

O estudo também almejou entender as fontes de informação dos entrevistados que nunca realizaram o acesso a um portal de transparência. As respostas encontram-se no GRÁF. 11.

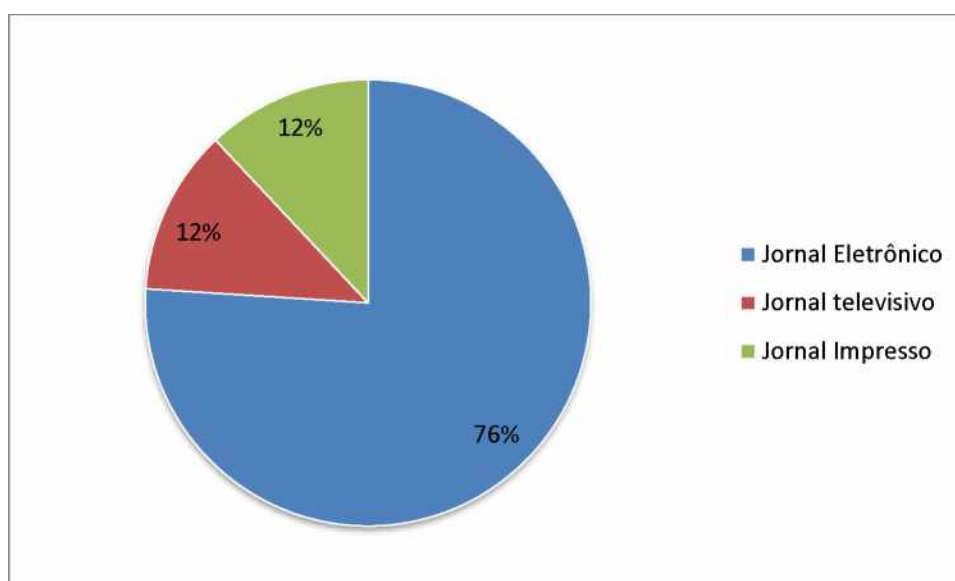
Gráfico 11 - Fonte de informação dos entrevistados que nunca acessaram um portal de transparência



Fonte: autor

Esse grupo representou 8,7% de entrevistados. Ainda relativo a esse perfil, verificou-se quais as fontes de informação dos entrevistados que já tinham acessado algum portal, mas não tinham conhecimento ou nunca acessaram o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais. As respostas podem ser consultadas no GRÁF. 12.

Gráfico 12 - Fontes de informação de quem nunca acessou o portal da transparência de MG



Fonte: autor.

Esse grupo representou 5,4% dos entrevistados. Em ambos os grupos - de entrevistados que nunca acessaram um portal de transparência e dos que não

acessaram o Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais - percebeu-se a influência dos meios digitais. A fonte de informação mais citada, de forma majoritária, foi o jornal eletrônico.

A referência de mídia social como fonte de informação conduziu a analisar o perfil dos entrevistados que compunham esses dois grupos de entrevistados: os que nunca acessaram um portal de transparência e os que não acessaram o Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais. Estavam na faixa de 18 a 28 anos e todos possuíam o vínculo com o Estado, como, por exemplo, os AEG/FJP. Denota-se o forte papel da tecnologia na disseminação de informação entre esse grupo, como defendem Damim e Merlon (2013), que citam as TICs como ferramentas para buscar e oferecer informação, desburocratizando os processos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar o atual modelo de informação do Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais e seu efetivo diálogo com a amostragem selecionada, representada aqui pelos servidores públicos, refletindo a percepção de um segmento da sociedade, este estudo se propôs a avaliar a forma de apresentação dos dados governamentais nesse espaço, recorrendo à pesquisa qualitativa alinhada a literatura. Também foi realizada pesquisa quantitativa a partir da aplicação de questionário semiestruturado aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Assim, ao final desta investigação, com base nos dados apresentados anteriormente, tem-se a percepção de que o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais não dialoga de forma efetiva com os entrevistados nesta pesquisa, levando a sugerir baixa efetividade no diálogo com os servidores do Estado, de forma geral, tampouco, com a sociedade como um todo. Essa percepção é obtida ao se constatar a dificuldade que os entrevistados tiveram em conceituar os recortes feitos nesse portal.

Buscando responder a um dos objetivos específicos, ou seja, analisar quais aspectos facilitam ou dificultam o entendimento das informações recuperadas, identificou-se que o desconhecimento dos termos públicos aliado à ausência de notas explicativas e de como os dados são obtidos, constituiu-se em um fator desfavorável no entendimento das informações contidas no referido portal.

Ao analisar as respostas dadas pelos entrevistados aos fragmentos do portal da transparência, comprovou-se a ineficácia do instrumento de informação, principalmente quando foram examinadas as respostas referentes ao entendimento do usuário nas representações gráficas disponíveis no espaço.

No tocante ao objetivo específico de analisar se era possível acompanhar no portal da transparência um gasto demonstrado na LOA, verificou-se o desconhecimento dos termos ligados à LOA e a vinculação destes termos àqueles ligados à execução da despesa. Esse desconhecimento foi como uma barreira à correta associação da LOA, com a forma como a despesa do Estado é referida no portal.

Apesar de os dados governamentais abertos estarem presentes, eles são desvinculados tanto da LOA quanto das representações gráficas da execução da despesa presentes no portal da transparência. Assim, uma forma de possibilitar o

cumprimento dos princípios de dados governamentais abertos foi a vinculação dos dados abertos, sem qualquer tratamento, em cada janela onde informações de cunho orçamentário e/ou financeiro fossem mostradas já tratadas.

Com base nas respostas, não foi possível averiguar se os entrevistados tinham real entendimento de como o dinheiro público estava sendo efetivamente gasto. Isso porque, se se tomar como base o significativo número de entrevistados que responderam de forma errônea aos fragmentos extraídos, é perceptível o não entendimento ou o engano entre conceitos.

Pondera-se, a partir disso, sobre o problema levantado neste estudo, em que se questionou se o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais dialoga efetivamente com a sociedade. Com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que esse portal não estabelece um diálogo de forma clara, efetiva e eficaz com a sociedade.

Outro objetivo se propôs a verificar o quão amigável o portal era em relação aos usuários. Apesar da dificuldade dos entrevistados de conceituar corretamente os fragmentos do portal de transparência, eles declararam que é fácil ou muito fácil fazer uso do portal.

Essa afirmação de que seria "fácil" a utilização do portal suscita o questionamento se os entrevistados atentaram apenas para as questões estéticas, ignorando a facilidade de se acompanhar um gasto público. E isso é muito importante para o exercício da cidadania, como discutido no início deste trabalho. O acompanhamento dos gastos públicos permite ao cidadão exercer o controle efetivo das compras públicas.

Um ponto a ser destacado é que a pesquisa conseguiu apresentar dados que não corroboraram a hipótese de que o público-alvo analisado poderia ou deveria ter mais facilidade no entendimento e uso do portal com a sua vivência no serviço público.

Ao comparar as respostas dadas pelos servidores que tinham tempo de serviço público superior a cinco anos com as respostas dadas pelos AEG/FJP, os dados revelaram um nível de assertividade similar em ambos os grupos. Isso significa que o tempo de atividade pública não foi fator determinante para o conhecimento das fases da despesa e também do entendimento de como o portal da transparência funciona.

Assim, pondera-se que a vivência na atividade pública não tornou as respostas mais assertivas. E indiferentemente do tempo no exercício do serviço público, o portal se mostrou apenas como uma ferramenta, uma pró-forma legal para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. E, de forma considerável, com base nos dados, o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais é utilizado apenas para buscar informações relativas aos rendimentos dos servidores públicos.

No que se refere às formas que possibilitam melhor interação com o portal da transparência, torna-se importante uma vinculação do “glossário” de forma mais interativa, em que as informações sejam apresentadas de maneira clara e objetiva e, quando possível, exemplificada (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020). Isso pode permitir melhor conhecimento dos termos públicos e, conseqüentemente, dos dados públicos.

Outro ponto referente à interação, que se conseguiu vislumbrar neste trabalho, foi a forma como os dados gráficos são obtidos. Como citado anteriormente na análise dos dados, muitos dos entrevistados não conseguiram definir a origem dos dados ou definiram de forma errada. Esse erro de interação pode ser facilmente corrigido com um comentário ou uma nota explicativa.

Uma limitação desta pesquisa diz respeito ao próprio grupo de estudo. Como dito anteriormente, o volume de questionários não permitiu a análise mais ampla do diálogo do Portal de Transparência de Estado de Minas Gerais com a sociedade.

Para verificar de forma mais precisa e responder ao problema de maneira mais abrangente, é de extrema importância a aplicação desta pesquisa em outros nichos da sociedade. A essa limitação sugere-se também a proposta de mais estudos.

Outro ponto que pode ser objeto de um estudo futuro é a proposição de um modelo de informação para o portal da transparência que vincule de forma direta a LOA às despesas executadas pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, P.R.Z.; TORRES, C.M.S.O. A transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Adm Púb Gest Soc**, v. 8, n. 3, p. 147-158, jul./set. 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL (Brasil). **Estudo de usuário**. Disponível em: [http://wap.aneel.gov.br/documents/656835/15377686/Estudo+de+Usu%C3%A1rios+ANEEL-SGI-CEDOC+%28vers%C3%A3o\\_final\\_06-07-2017%29.pdf/58794b3c-dae5-11c1-acf7-60e238902afb](http://wap.aneel.gov.br/documents/656835/15377686/Estudo+de+Usu%C3%A1rios+ANEEL-SGI-CEDOC+%28vers%C3%A3o_final_06-07-2017%29.pdf/58794b3c-dae5-11c1-acf7-60e238902afb). Acesso em: 15 abr. 2020.
- ALMEIDA JÚNIOR, O.F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *In*: 9º ENANCIB, São Paulo. **Anais...**, 2008. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_9aa58ba510\\_0007871.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.
- ANGÉLICO, F. **Estudo analítico sobre transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil brasileira**. Disponível em: <https://abong.org.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/01/Estudo-analitico.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- ARCHER, L.; CIANCONI, R.B. Websites dos arquivos públicos: funções exercidas e recursos de colaboração e interação com os usuários. **Inf Inf**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 60-76, jul./dez., 2010.
- BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern information retrieval**. New York: ACM Press, 1999.
- BEGHIN, N.; ZIGONI, C. (org.). **Avaliando os websites de transparência orçamentária nacionais e subnacionais e medindo impactos de dados abertos sobre direitos humanos no Brasil**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto 7.185 de 27 de maio de 2010. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 27 de maio de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185.htm). Acesso em: 06 set. 2019.
- BRASIL. Lei complementar 131 de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 28 de maio de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm). Acesso em: 07 set. 2019.
- BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216

da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República**: exercício de 2006. Ministro Ubiratan Aguiar, relator. Brasília: TCU, 2007.

CASARIN, H.C.S.; CASARIN, S.J. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. 1. ed., InterSaberes, 2012.

DAMIAN, I.P.M.; MERLO, E.M. Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação. **Rev Adm Púb**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 877-99, jul./ago. 2013.

DIAS, D.S. Pregão eletrônico: otimizando os recursos públicos. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLÓGICA, out. 2015. **Anais...**, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/16122156.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

DINIZ, V. Como conseguir dados governamentais abertos. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, III, Brasília. **Anais...**, 2010. Disponível em: [https://i3gov.planejamento.gov.br/como\\_conseguir\\_dados\\_governamentais\\_abertos.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/como_conseguir_dados_governamentais_abertos.pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

DUTRA, C.C.; LOPES, K.M.G. Dados abertos: uma forma inovadora de transparência. *In*: CONSAD – VI CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, Brasília, DF. **Anais...**, 2013. Disponível em: <http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/075-DADOS-ABERTOS-UMA-FORMA-INOVADORA-DE-TRANSPAR%C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

ENDLER, A.M. Governo eletrônico: a internet como ferramenta de gestão dos serviços públicos. **REAd**, edição 14, v. 6, n. 2, mar./abr., 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/94197760/Governo-Eletronico-A-Internet-Como-Ferramenta-de-Gestao-Dos-Servicos-Publicos-1>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FERNEDA, E. Aplicando algoritmos genéticos na recuperação de informação. **Data Gramazero: Rev Ciênc Inf**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2009.

FERNEDA, E.; SILVA, R.E.; SANTOS, P.L.V.A.C. Modelos de recuperação de informação e WEB semântica: a questão da relevância. **Inf Inf**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 27 – 44, set./dez., 2013.

FIGUEIREDO, N.M. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 1994.

FIGUEIREDO, V.S.; SANTO, W.J.L. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. **Rev Contab Control**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 6, n.1, p. 73-88, jan./abr. 2014.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: Accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 84, p. 353-364, 2011.

GASQUE, K.C.G.D.; COSTA, S.M.S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciênc Inform**, Brasília-DF, v. 39 n. 1, p. 21-32, jan./abr., 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

JORDÃO, M.H. **A mudança de comportamento das gerações X, Y, Z e Alfa e suas implicações**. 2016. Disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLC0631-1/geracoes%20xyz.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

LIMBERGER, T. **Transparência administrativa e novas tecnologias**: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. S.d. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/42471>. Acesso em: 30 set. 2019.

MANZATO, A.J.; SANTOS, A.B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Disponível em: [http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino\\_2012\\_1/ELABORACAO\\_QUESTIONARIOS\\_PESQUISA\\_QUANTITATIVA.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.

MATHEUS, R.; VAZ, J.C.; RIBEIRO, M.M. **Dados governamentais abertos e o ciclo virtuoso de uso de dados e informações públicas para o controle social, melhoria dos serviços públicos e desenvolvimento da economia**: estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: [http://wtrans.inf.puc-rio.br/WTRANSartigos/artigos/artigos\\_WTRANS14/paper10.pdf](http://wtrans.inf.puc-rio.br/WTRANSartigos/artigos/artigos_WTRANS14/paper10.pdf). Acesso em: 30 set. 2019.

MATHEUS, R.; VAZ, J.C.; RIBEIRO, M.M. **Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas da transparência no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5111>. Acesso em: 30 set. 2019.

MEDEIROS, K.R. *et al.* **Bases de dados orçamentários e qualidade da informação**: uma avaliação do Finanças do Brasil (FINBRA) e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). **Rev Adm Púb**, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, Brasil. v. 48, n. 5, p. 1113-1133, set./out., 2014.

MIGUEL, L.F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Rev Sociol Pol**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. n. 25, p. 25-38, nov., 2005.

MINAS GERAIS. Lei 22476, 29 de dezembro de 2016. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/loa/index.htm?lei=loa&revisao=2017](https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/index.htm?lei=loa&revisao=2017). Acesso em: 14 ago. 2020.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciênc Inf**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez., 2006.

NASCIMENTO, S.G.V.; FREIRE, G.H.A.; DIAS, G.A. A tecnologia da informação e a gestão pública. **MPGOA**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 167-182, 2012.

OPEN GOVERNMENT DATA. OPEN DATA GOV. **Eight principles of open government data**. 2007. Disponível em: [www.opengovdata.org/home/8principles](http://www.opengovdata.org/home/8principles). Acesso em: 13 jan. 2020.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. Accountability social: laotracara Del control. *In*: PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (orgs.). **Controlando la política**: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americanas. Buenos Aires: Temas. 2001.

PINHO, J.A.G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Rev Adm Púb**, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Glossário**. Disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/glossario>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, M.L.B. **Arquitetura e informação**. TerraForum Consultores, 2005.

SEGUNDO, E.F.S.M.; ROSA, A.A.G.P. **Crise da democracia representativa**: enfraquecimento dos partidos políticos, fortalecimento dos grupos de pressão e a necessidade de reformulação política do estado. *In*: 10º ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, João Pessoa. **Anais...**, 2007.

SOUZA, R.R. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. **Perspec Ciênc Inf**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 161-173, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a02.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2018.

WADA, E.K.; CARNEIRO, N.A. **As necessidades da geração y no cenário de eventos empresariais**. 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2010a/kwac.zip>. Acesso em: 11 jun. 2020.

WILSON, T.D. **Human information behavior**. **Inform Sci Res**, v.3, n.2, p. 49-55, 2000.

ZOMER, L.B.; SANTOS, A.R.; COSTA, K.O.C. O perfil de alunos do curso de Administração: um estudo com base nas gerações X, Y e Z. **Rev GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 198-221, maio, 2017.

## APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

Estudo sobre a percepção dos servidores públicos estaduais em relação à efetividade na disponibilização de dados financeiros e orçamentários do portal da transparência do estado de Minas Gerais.

Questionário: Estudo sobre o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.

Publico-alvo: servidores públicos do estado de Minas Gerais.

Informação aos entrevistados: questionário composto de 22 perguntas, com questões de múltipla escolha. Tempo médio para respostas de aproximadamente 30 minutos. O questionário não apresenta questões de cunho pessoal.

| Pergunta   | Opções  | Restrições  |
|--|---|---|
| 1 - Faixa etária   | 18 a 28 anos; 29 a 38 anos; 39 a 48 anos; maior de 49 anos  | Não se aplica   |
| 2 - Formação   | Ensino fundamental completo; ensino médio completo; ensino superior completo; pós-graduação   | Não se aplica   |
| 3 - Quanto tempo de serviços público?  | 0 a 5 anos; 5 a 10 anos; 10 a 15 anos; 15 a 25 anos de mais de 25 anos  | Não se aplica   |
| 4 - Qual o seu vínculo com o estado de Minas Gerais?   | Concursado; contratado; recrutamento amplo; funcionário CLT de empresa pública; designação; aluno da Escola de Governo  | Não se aplica.  |
| 5 - Área de atuação  | Financeira; orçamentária; educação; saúde; segurança pública  | Mais de um valor pode ser selecionado   |
| 6 - Marque os termos de que você tem conhecimento ou que utiliza no dia a dia de suas atividades (marque quantas opções desejar) | Execução de despesa; receita; resto a pagar; valor liquidado; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Plano Plurianual Ação Governamental; empenho; ordem bancária <i>offline</i> ; GIGPF; pleito orçamentário | Várias opções podem ser selecionadas  |
| 7 - Você já acessou qualquer portal de transparência ou <i>site</i> que contenha informações públicas?                           | Federal; estadual (MG); municipal (BH);<br>Nunca acessei  | Não se aplica   |
| 8 - Como você acompanha os gastos públicos do estado?  | Jornal impresso; jornal eletrônico; jornal televisivo; facebook; <i>Twitter</i> ; <i>Instagram</i>  | Pergunta 7, opção de "nunca acessei".<br>Pode ser marcada mais de uma opção;<br>Resposta direciona para o fim do questionário |

| 9 - Já acessou o portal da transparência do estado de MG?  | Sim ou não  | Não se aplica  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
|--|---|--|---------------------|------------------|---------------------|-----------------|-----------------|------------|---------------------|---------------|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|---------------------------|-----------------------------|------------|------------|------------|--------------------|---------------------------|------------------------|---------------|---------------|--------------|
| 10 - Como você acompanha os gastos públicos do estado? Marque quantas opções desejar   | Jornal impresso; jornal eletrônico; jornal televisivo;<br><i>Facebook; Twitter; Instagram</i>   | Pergunta 9 com opção de "não".<br>Pode ser marcada mais de uma opção;<br><br>Resposta direciona para o fim do questionário |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 11 - Como foi a interação com o portal acessado?   | Muito fácil; fácil; complicado; muito complicado  | Não se aplica  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 12 - Teve facilidade em achar as informações que procurava?  | Muito fácil; fácil; complicado; muito complicado  | Não se aplica  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 13 - Com que frequência realiza o acesso ao portal da transparência do estado de MG?   | 1 vez por semana<br>1 vez por mês<br>1 vez por trimestre<br>1 vez por semestre<br>1 vez por ano   | Não se aplica  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 14 - Quando realizou o acesso ao portal da transparência do estado de MG seu objetivo foi buscar o quê?  | Salários dos servidores;<br>informações sobre contratos ou licitações;<br><br>informações sobre os serviços do órgão;<br><br>informações sobre os gastos e/ou compras realizadas pelo estado;<br>outros   | Varias opções podem ser selecionadas   |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 15 - Analise a imagem e marque a opção que descreva da melhor forma como o dinheiro público foi gasto?   | Foram gastos com indenizações e restituições, no ano o valor de R\$ 538.052,78 (valor empenhado);<br><br>foram gastos com indenizações e restituições, no ano o valor de R\$ 323.885,17 (valor liquidado);<br><br>foram gastos com indenizações e restituições, no ano o valor de R\$ 292.659,36 (valor pago);<br><br>não consigo informar como ocorreu o gasto | Apenas uma opção pode ser selecionada  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria Econômica</th> <th>Grupo de Despesa</th> <th>Elemento de Despesa</th> <th>Valor Empenhado</th> <th>Valor Liquidado</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DESPESAS DE CAPITAL</td> <td>INVESTIMENTOS</td> <td>EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</td> <td>5.127.827,13</td> <td>4.637.778,20</td> <td>2.287.101,63</td> </tr> <tr> <td>DESPESAS CORRENTES</td> <td>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</td> <td>INDENIZACOES E RESTITUICOES</td> <td>538.052,78</td> <td>323.885,17</td> <td>292.659,36</td> </tr> <tr> <td>DESPESAS CORRENTES</td> <td>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</td> <td>LOCACAO DE MAO-DE-OBRA</td> <td>15.526.746,42</td> <td>13.134.602,54</td> <td>9.462.225,42</td> </tr> </tbody> </table> |   |  | Categoria Econômica | Grupo de Despesa | Elemento de Despesa | Valor Empenhado | Valor Liquidado | Valor Pago | DESPESAS DE CAPITAL | INVESTIMENTOS | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 5.127.827,13 | 4.637.778,20 | 2.287.101,63 | DESPESAS CORRENTES | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 538.052,78 | 323.885,17 | 292.659,36 | DESPESAS CORRENTES | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | 15.526.746,42 | 13.134.602,54 | 9.462.225,42 |
| Categoria Econômica  | Grupo de Despesa  | Elemento de Despesa  | Valor Empenhado     | Valor Liquidado  | Valor Pago          |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| DESPESAS DE CAPITAL  | INVESTIMENTOS   | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE   | 5.127.827,13        | 4.637.778,20     | 2.287.101,63        |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| DESPESAS CORRENTES   | OUTRAS DESPESAS CORRENTES   | INDENIZACOES E RESTITUICOES  | 538.052,78          | 323.885,17       | 292.659,36          |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| DESPESAS CORRENTES   | OUTRAS DESPESAS CORRENTES   | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA   | 15.526.746,42       | 13.134.602,54    | 9.462.225,42        |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |
| 16 - Analise a imagem e marque qual opção detalha como os dados do gráfico foram obtidos   | Para formação do gráfico foi considerado o valor liquidado;<br><br>para formação do gráfico foi considerado o valor empenhado;<br><br>para formação do gráfico foi considerada a soma do valor liquidado e do valor empenhado;<br><br>para formação do gráfico foi considerado o valor pago;  | Apenas uma opção pode ser selecionada  |                     |                  |                     |                 |                 |            |                     |               |                                    |              |              |              |                    |                           |                             |            |            |            |                    |                           |                        |               |               |              |

|  |  |  |                   |                                       |              |
|--|--|--|-------------------|---------------------------------------|--------------|
|  |  | não consigo informar como os dados foram obtidos |                   |                                       |              |
| Indenizacoes e Restituicoes  |  |  |                   |                                       |              |
|  |  |  |                   |                                       |              |
| Favorecido ?   | CNPJ/CPF ?   | Item de Despesa ?                                | Valor Empenhado ? | Valor Liquidado ?                     | Valor Pago ? |
| ADILSON ROSA LIMA  | 30987415620  | AJUDA DE CUSTO                                   | 21.835,40         | 21.835,40                             | 21.835,40    |
| LUCIMEIRE CARDOSO  | 54733057687  | AJUDA DE CUSTO                                   | 19.979,20         | 19.979,20                             | 19.979,20    |
| JOAO FERNANDO FERREIRA   | 32965460730  | AJUDA DE CUSTO                                   | 26.770,01         | 26.770,01                             | 26.770,01    |
| ANTONIO JOSE DOS SANTOS CAZUMBA  | 16228707515  | AJUDA DE CUSTO                                   | 20.734,08         | 20.734,08                             | 20.734,08    |
| VANESSA CRISTINA FERNANDES LEONEL  | 3412365602   | AJUDA DE CUSTO                                   | 10.351,46         | 10.351,46                             | 10.351,46    |
| FLAVIA RIBEIRO G. PEREIRA  | 4194134648   | AJUDA DE CUSTO                                   | 30.575,81         | 30.575,81                             | 0,00         |
| MARIO ANTONIO CUPELLO DE ASSUNCAO  | 8236231739   | AJUDA DE CUSTO                                   | 20.742,92         | 20.742,92                             | 20.742,92    |
| VIRGINIA SOARES FONTES   | 4588840657   | AJUDA DE CUSTO                                   | 13.959,36         | 13.959,36                             | 13.959,36    |
| GLAUCO SARAIVA DE ALMEIDA PEIXOTO  | 45908230634  | AJUDA DE CUSTO                                   | 30.713,35         | 30.713,35                             | 30.713,35    |
| CLEOMAR TEIXEIRA SOARES  | 47022477604  | AJUDA DE CUSTO                                   | 23.500,67         | 23.500,67                             | 23.500,67    |
| DENISE MARIA OLIVEIRA AJUB   | 72231653672  | AJUDA DE CUSTO                                   | 25.329,57         | 25.329,57                             | 25.329,57    |
| ANDERSON HIROSHI KATAOKA   | 3040548603   | AJUDA DE CUSTO                                   | 10.346,32         | 10.346,32                             | 10.346,32    |
| VITOR CUNHA PASSARELLI   | 30070955816  | AJUDA DE CUSTO                                   | 9.592,40          | 9.592,40                              | 9.592,40     |
| ADILSON ROSA LIMA  | 30987415620  | OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES               | 200,00            | 200,00                                | 0,00         |
| PERICLES CODO ANDRADE  | 41006348620  | OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES               | 60,00             | 60,00                                 | 60,00        |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT  | 34028316001509   | OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES               | 67.198,00         | 3.989,40                              | 3.989,40     |
| 17 - O portal da transparência do estado de MG oferece uma opção de pesquisa avançada. Marque os termos e/ou conceitos de cujo significado que você tem conhecimento | Órgão; subfunção; ação; função; programa; categoria econômica; grupo de despesa; modalidade de aplicação; elemento de despesa; item de despesa; fonte de recurso; identificador de procedência e uso (IPU) |  |                   | Mais de um valor pode ser selecionado |              |

|   |  |
|---|--|
| Órgão<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir  | Função<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir                                  |
| Subfunção<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir  | Programa<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir                                |
| Ação<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir   | Categoria Econômica<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir                     |
| Grupo de Despesa<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir   | Modalidade de Aplicação<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir                 |
| Elemento de Despesa<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir  | Item de Despesa<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir                         |
| Fonte de Recursos<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir  | Identificador de Procedência e Uso(IPU)<br>Todos <input type="checkbox"/> Exibir |
| Favorecidos<br><input type="radio"/> Exibir favorecidos <input checked="" type="radio"/> Não exibir favorecidos |  |
| <b>Pesquisar</b>  |  |

Veja a imagem retirada da LOA 2017 e responda as perguntas a seguir:  
(LOA - Lei Orçamentária Anual)

| ESPECIFICAÇÃO   | MOD | IAG | FUNTE | IPU | 1.PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 4. INVESTIMENTOS | 5. INVERSOES FINANCEIRAS | 6. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | TOTAL      |
|---|-----|-----|-------|-----|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|------------|
| PROJETO IMPLANTADO PROJETO 99   |     |     |       |     |                              |                              |                              |                  |                          |                          |            |
| 02 061 706 2 025 GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC  |     |     |       |     |                              |                              |                              |                  |                          |                          | 69.394.076 |
| <i>Finalidade</i><br>PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES QUE ENVOLVEM TECNOLOGIA PARA MELHORIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. |     |     |       |     |                              |                              |                              |                  |                          |                          |            |
| 02 061 706 2 025 0001 GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC   | 90  | 0   | 77    | 1   |                              |                              | 44.967.076                   | 24.427.000       |                          |                          | 69.394.076 |

18 - Você saberia conceituar e escrever o que representa? Detalhe.

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p>PROJETO IMPLANTADO</p> <p>02 061 706 2 025</p>  | <p>Valor será gasto na função judiciária, na subfunção de ação judiciária para implementação do programa de governo de prestação judicial para a ação de governo de gestão de serviços de TIC</p> <p>Valor será gasto na subfunção judiciária, na função de ação judiciária para implementação do programa de governo de prestação judicial para a ação de governo de gestão de serviços de TIC</p> <p>Valor será gasto na subfunção judiciária, na função de ação judiciária para implementação do ação de governo de prestação judicial para o programa de governo de gestão de serviços de TIC</p> <p>Valor será gasto na função judiciária, na subfunção de ação judiciária para implementação da ação de governo de prestação judicial para o programa de governo de gestão de serviços de TIC</p> <p>Não consigo conceituar</p> | <p>Apenas uma opção pode ser selecionada</p> |
| <p>18 - Você consegue identificar no portal da transparência do estado de MG quanto do orçamento</p> | <p>Sim ou não</p>   | <p>Não se aplica</p>                         |

|  |  |               |
|--|--|---------------|
| previsto na LOA foi realmente executado?<br>(LOA - Lei Orçamentária Anual)   |  |               |
| 19 - Como você define a sua facilidade em utilizar o portal da transparência do estado de MG?                                  | Muito fácil; fácil; complicado; muito complicado | Não se aplica |
| 20 - Como você define a aparência do portal da transparência do estado de MG?  | Muito fácil; fácil; complicado; muito complicado | Não se aplica |
| 21 - Existe alguma informação que você gostaria de ver com mais clareza no portal da transparência do estado de MG? Cite quais | Campo livre                                      | Não se aplica |
| 22 - Você gostaria de recomendar alguma melhoria no portal da transparência do estado de MG?                                   | Campo livre                                      | Não se aplica |